

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	7

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	24
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	25
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	28
4.5 - Processos sigilosos relevantes	29
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	30
4.7 - Outras contingências relevantes	31
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	32

# Índice

---

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	33
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	37
5.3 - Descrição dos controles internos	39
5.4 - Alterações significativas	41
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	42

## 6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	43
6.3 - Breve histórico	44
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	46
6.6 - Outras informações relevantes	47

## 7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	48
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	50
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	52
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	57
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	58
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	61
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	62
7.8 - Políticas socioambientais	63
7.9 - Outras informações relevantes	64

## 8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	65
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	66
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	67
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	68

## Índice

---

### 9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	69
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	70
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	71
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	72
9.2 - Outras informações relevantes	75

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	76
10.2 - Resultado operacional e financeiro	97
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	99
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	100
10.5 - Políticas contábeis críticas	101
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	104
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	105
10.8 - Plano de Negócios	106
10.9 - Outros fatores com influência relevante	109

### 11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	110
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	111

### 12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	112
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	118
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	121
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	122
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	123
12.7/8 - Composição dos comitês	125
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	126

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	127
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	132
12.13 - Outras informações relevantes	133

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	138
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	142
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	144
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	145
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	147
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	148
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	149
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	150
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	151
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	152
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	153
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	154
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	155
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	156
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	157
13.16 - Outras informações relevantes	158

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	159
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	161
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	162

## Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	172
14.5 - Outras informações relevantes	173
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	174
15.3 - Distribuição de capital	181
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	182
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	183
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	184
15.7 - Principais operações societárias	185
15.8 - Outras informações relevantes	186
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	187
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	188
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	193
16.4 - Outras informações relevantes	194
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	195
17.2 - Aumentos do capital social	196
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	197
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	198
17.5 - Outras informações relevantes	199
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	200
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	202
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	203

## Índice

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	204
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	205
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	207
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	208
18.8 - Títulos emitidos no exterior	209
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	210
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	211
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	212
18.12 - Outras informações relevantes	213

### 19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	214
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	215
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	216

### 20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	217
20.2 - Outras informações relevantes	219

### 21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	220
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	221
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	224
21.4 - Outras informações relevantes	225

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Roberto Estefano**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

### **Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

## 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

### Declaração do Diretor Presidente

**Cesar Alberto Ferreira**  
**Diretor Presidente**

**O diretor acima indicado declara que:**

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Roque, 31 de Maio de 2017.

/s/ Cesar Alberto Ferreira

Nome: Cesar Alberto Ferreira

Cargo: Diretor Presidente



## 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

### Declaração do Diretor de Relações com Investidores

**Roberto Estefano**  
**Diretor de Relações com o Mercado**

**O diretor acima indicado declara que:**

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Roque, 31 de Maio de 2017.

/s/ Roberto Estefano

Nome: Roberto Estefano

Cargo: Diretor de Relações com o Mercado

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	1132-0
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	GF AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	10.448.113/0001-08
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/01/2011 a 31/03/2015
<b>Descrição do serviço contratado</b>	A GF AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 521.546 mil para prestação de serviços de auditoria.
<b>Justificativa da substituição</b>	Alteração de rotatividade de auditores prevista na instrução CVM n 308/99

**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor**

<b>Nome responsável técnico</b>	<b>Período de prestação de serviço</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Marco Antonio Gouvêa de Azevedo	01/01/2011 a 31/03/2015	197.538.368-05	Av. Paulista, 568, 7º andar, Jardim Paulista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01310-000, Telefone (011) 32514013, Fax (011) 32514013, e-mail: angelo@gorioux.com.br

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	418-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	KPMG Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	57.755.217/0001-29
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/04/2015 a 06/05/2016
<b>Descrição do serviço contratado</b>	A KPMG Auditores Independentes foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir do primeiro ITR 2015
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A KPMG Auditores Independentes recebera uma remuneracao 225.000 ( Duzentos e vinte e cinco reais) liquido de tributos
<b>Justificativa da substituição</b>	Alteração de rotatividade de auditores prevista nao artigo 31 da instrucao CVM n 308/99
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Pereira Gonçalves	01/04/2015 a 06/05/2016	200.314.278-98	Rua Doutor Renato Paes de Barro,33, ITAIM BIBI, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (011) 21836677, e-mail: mpgoncalves@kmpg.com.br

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	1088-0
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	SAX AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	09.253.880/0001-82
<b>Período de prestação de serviço</b>	09/05/2016
<b>Descrição do serviço contratado</b>	A Sax Auditores Independentes foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatórios sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício de 2015 e a partir do 1 ITR 2016.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A Sax Auditores Independentes recebera uma remuneração 245.000 (Duzentos e quarenta e cinco mil) líquido de tributos
<b>Justificativa da substituição</b>	A referida mudança de auditores independentes dar-se-á por término do contrato de prestação de serviços entre as partes, estando a companhia em atendimento ao artigo 28 da instrução CVM n. 308/99
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
ALXANDRE RALF SLAVIC	09/05/2016	182.787.488-02	RUA CORONEL ABILIO SOARES, 261 SL 71 CJ 01, VILA ASSUNÇÃO, SANTO ANDRE, SP, Brasil, CEP 09020-260, Telefone (11) 28962755, e-mail: alexandre.slavic@saxauditores.com.br



*Escritório Administrativo*  
*Av. Getúlio Vargas, 930 – Bairro Marmeleiro*  
*São Roque – Cep: 18130-430*  
*São Paulo – SP – Brasil*  
*Fone: 11-4713-9500*  
*CNPJ: 61.088.894/0001-08*

**COMUNICADO AO MERCADO MUDANÇA DE AUDITOR INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM  
Nº 308/99**

A CAMBUCI S.A. (“Companhia”), em atendimento ao disposto no Artigo 28 da Instrução CVM nº 308/99, comunica aos seus acionistas, ao mercado e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM a mudança dos auditores independentes para a realização de auditoria externa independente da Companhia 2015 e 2016, ficando a cargo da SAX AUDITORES INDEPENDENTES em substituição à KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

A SAX AUDITORES INDEPENDENTES iniciará suas atividades para auditar as demonstrações financeiras de 2015.

A referida mudança de auditores independentes dar-se-á por término do contrato de prestação de serviços entre as partes.

São Paulo, 09 de maio de 2016.

**Roberto Estefano**  
**Diretor de Relações com Investidores**



**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2016)</b>	<b>Exercício social (31/12/2015)</b>	<b>Exercício social (31/12/2014)</b>
Patrimônio Líquido	-36.129.422,00	707.000,00	30.528.000,00
Ativo Total	224.017.677,00	267.560.000,00	271.780.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	276.389.498,00	285.919.000,00	283.864.000,00
Resultado Bruto	105.114.069,00	115.538.000,00	123.336.000,00
Resultado Líquido	-33.387.906,00	-27.450.000,00	13.986.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	3.855.224	38.552.249	38.552.249
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,000000	0,018330	0,791860
Resultado Básico por Ação	0,000000	0,362780	0,362700

### 3.2 - Medições não contábeis

#### MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

##### a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é o lucro líquido do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social das despesas financeiras e da depreciação e amortização e deduzido das receitas financeiras. O EBITDA não é uma medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez da Companhia. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional e liquidez.

**Exercício social encerrado em** (em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)

<b>EBITDA consolidado</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
EBITDA	16,8	45,7	54,0
Margem EBITDA	6,1%	16,0%	19,0%

##### b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA

<b>EBITDA consolidado</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Lucro Líquido	-33,4	-27,5	21,6
(+) Depreciações e amortizações	5,4	11,0	-50,7
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	44,6	60,5	-26,3
(+/-) Resultado atribuível acionistas não controlados	0	-0,7	-105,6
(+/-) IR/CS	0,1	2,3	-95,8
EBTIDA	16,8	45,7	-63,3
Margem %	6,1%	16,0%	-62,0

<b>EBITDA consolidado</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>
Lucro Líquido	14,0	0,3	4129,5
(+) Depreciações e amortizações	8,5	9,8	-13,2
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	31,4	27,5	14,1
(+/-) Resultado atribuível acionistas não controlados	0,1	-	-
EBTIDA	54,0	14,6	178,9
Margem %	19,0%	5,2%	178,4

##### c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do nosso resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de nossa estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

Não houve divulgação de eventos subsequentes em 31 de dezembro de 2016.



### **3.4 - Política de destinação dos resultados**

#### **a) regras sobre retenção de lucros**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 33.387.906,00 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e sete mil, novecentos e seis reais).

#### **b) regras sobre distribuição de dividendos**

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social é de 25% (vinte e cinco por cento) do nosso lucro líquido. Adicionalmente, poderemos remunerar os nossos acionistas a título de juros e imputar o seu valor aos valores do dividendo obrigatório.

#### **c) periodicidade das distribuições de dividendos**

A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, obedecidos os limites legais.

Os dividendos intermediários e intercalares distribuídos serão considerados antecipação do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos foram pagos.

#### **d) restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.**

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

### **3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve distribuição de dividendos em função do prejuízo dos últimos exercícios

### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

#### ***3.6 Informar se nos últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.***

De 2009 a 2016 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2016</b>	260.356.747,00	Índice de Endividamento	1,16221500	

**3.8 - Obrigações**

Exercício social (31/12/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		0,00	129.475.000,00	906.000,00	3.625.000,00	134.006.000,00
Total			0,00	129.475.000,00	906.000,00	3.625.000,00	134.006.000,00
<b>Observação</b>							

### **3.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### a) com relação ao emissor

***Realizamos nosso plano de investimentos levando em conta as informações históricas e tendências econômicas.***

Na elaboração do nosso plano de negócios e de investimentos levamos em consideração *performance* históricas, conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, tendências macroeconômicas e setoriais, entre outras fontes de informações, para que tenhamos o maior grau de assertividade e previsibilidade possível. Apesar desses cuidados, a ocorrência de fatores que estão fora de nosso controle, tais como grandes alterações nas condições macroeconômicas provenientes de graves crises, alterações significativas na demanda e na preferência dos nossos clientes, podem impactar negativamente nossos resultados operacionais.

***A identidade de nossa marca é um dos fatores chave para o sucesso de nosso negócio. Essencial que possamos utilizar de forma eficaz e proteger de forma adequada qualquer uma de nossas marcas.***

Como parte de nossa estratégia de crescimento e incremento de *market share*, buscamos posicionar bem nossas marcas no mercado, pois elas são um ativo de natureza competitiva e estratégica para a Companhia, e além de estimularem o consumo dos nossos produtos por milhões de consumidores, no Brasil e no exterior.

As nossas marcas foram construídas ao longo dos últimos 40 anos de nossa história e são um fator determinante na conquista da fidelidade dos consumidores. Possuímos um portfólio amplo de marcas registradas e zelamos para que nossos direitos de titular das marcas sejam protegidos e respeitados por terceiros. O portfólio de nossas marcas é formado por aproximadamente 294 registros, divididos entre o Brasil e o exterior, em mais de 77 países. Desse universo, a marca mais importante para nós é a “Penalty”. A proteção inadequada de nossos direitos de propriedade intelectual pode ter efeito relevante e adverso sobre nós.

Por ser um ativo de alto valor, nossos direitos de propriedade intelectual referentes às nossas marcas e ao *design* de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e à violação por terceiros. Não estamos imunes a produtos falsificados, contrabandeados, “pirateados” e produtos que infringem nossos direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados.

A dificuldade no combate da falsificação de várias fontes de nossos produtos e a infração de nossos direitos de propriedade intelectual pode não apenas ter um efeito adverso para nós, como atingir a integridade de nossas marcas pela sua associação com produtos de menor qualidade.

Adicionalmente, embora tenhamos o registro e pedidos de registro de todas as nossas marcas e patentes no Brasil e de nossas principais marcas no exterior,

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

não podemos assegurar que quaisquer terceiros não alegarão que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Neste caso, podemos vir a ficar impedidos de utilizar determinada marca, o que, conseqüentemente, poderá ter um efeito adverso sobre nós.

Não podemos assegurar que nossas novas tecnologias, patentes, objetos de design e marcas que venhamos a desenvolver serão levados a registro nos órgãos de propriedade industrial competentes antes que terceiros o façam.

***É essencial que possamos responder de forma eficiente às mudanças nas tendências de artigos esportivos e preferências de nossos clientes.***

Atuamos há 40 anos no mercado de artigos esportivos e competimos com diversas outras marcas e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, calçados, confecção e acessórios em relação a preço, qualidade, estilo e promoções.

Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e satisfação dos clientes estejam entre os pontos mais desafiadores de nosso negócio. As preferências dos consumidores e a tendência de artigos esportivos são voláteis.

O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências da moda, bem como às preferências de nossos clientes. Se por algum fator alheio ao nosso controle não formos capazes de adequar nossos produtos aos gostos dos clientes, poderemos aumentar nossos níveis de estoque e não vender nossos produtos no momento e no volume planejado.

***Dependemos de dois centros de distribuição para distribuir nossos produtos.***

Possuímos apenas dois centros distribuição no Brasil, sendo um na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, e o outro na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia.

Muito embora tenhamos Planos de Contingências para mitigar riscos no fluxo de suprimentos, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das referidas cidades ou em sua operação, devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

***Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros.***

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas (tais como guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais, afetando os nossos resultados operacionais. Não podemos garantir que, mesmo na hipótese de ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Além disso, nas apólices de seguro da Companhia não há cobertura de lucros cessantes.

Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nas nossas unidades industriais podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades e resultados operacionais

***Dependemos da obtenção ou renovação, em prazo adequado, das licenças municipais e do corpo de bombeiros para operação do nosso negócio.***

A fábrica, centros de distribuição e outros imóveis que ocupamos ou podemos vir a ocupar estão sujeitos a licenciamentos municipais e autorizações do corpo de



#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

bombeiros. Em relação às fábricas, é exigível, adicionalmente, a obtenção de licenças ambientais cabíveis ou respectiva dispensa de licenciamento ambiental. Apesar de mantermos um rígido controle nos atendimentos aos requisitos necessários à renovação e obtenção de todas as licenças necessárias à operação do nosso negócio, não podemos assegurar que, por motivos alheios a nossa vontade, obteremos essas licenças em prazos adequados.

A falta de uma destas licenças ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até o fechamento das atividades do respectivo imóvel. A eventual imposição destas penalidades, em especial o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

***Nossos incentivos fiscais podem não ser renovados quando do seu vencimento.***

Somos titulares de alguns incentivos fiscais federais e estaduais relacionados ao Imposto de Renda e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nos exercícios de 2014 a 2016, parte substancial de nosso lucro líquido resultou desses incentivos fiscais. Os incentivos têm prazos finitos e podem não ser renovados quando do seu vencimento, o que causará um efeito relevante e adverso sobre os nossos resultados.

Não podemos assegurar que não haverá uma reforma tributária que alterará os incentivos fiscais. Também não podemos assegurar que continuaremos a obter novas subvenções para investimento depois de expirado os prazos de recebimento das atuais e, se conseguirmos, não podemos assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente somos titulares. Caso novos incentivos fiscais não sejam efetivamente obtidos, será necessário que promovamos adequações operacionais para que seus resultados financeiros não sofram efeito adverso relevante.

Além disso, há ações diretas de inconstitucionalidade movidas contra os Estados da Bahia e Paraíba questionando a constitucionalidade de leis que instituíram incentivos fiscais por nós usufruídos. Caso o Supremo Tribunal Federal julgue referidas ações procedentes podemos perder as subvenções decorrentes destes incentivos.

***Alterações na legislação tributária ou trabalhista, ou na interpretação de tais leis e normas, podem ter um efeito adverso relevante para nós.***

O Governo Federal ocasionalmente promove reformas nos tributos e nos regimes de tributação, que podem afetar as nossas operações e de outros participantes dos nossos mercados de atuação. Essas reformas incluem mudanças nas alíquotas de tributação e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários, cujos recursos são destacados para o atendimento de determinados objetivos governamentais. Os efeitos dessas mudanças e de quaisquer outras mudanças decorrentes de aprovação de novas reformas tributárias não podem ser quantificados.

Além disso, pode haver alterações na legislação trabalhista ou na interpretação da atual legislação trabalhista pelo poder judiciário que altere os custos trabalhistas e encargos relacionados a que estamos sujeitos. Não podemos assegurar que eventuais reformas tributárias ou trabalhistas, ou alterações na interpretação das leis tributárias ou trabalhistas vigentes não ocorrerão. Uma mudança dessa natureza poderá afetar as empresas de forma geral ou de segmentos específicos. Se isso ocorrer com empresas do seguimento que atuamos, isso poderá afetar nossas despesas com tributos ou nossos custos trabalhistas e encargos relacionados, com consequente efeito adverso e talvez relevante nos nossos resultados.

#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

**b) com relação ao nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

Não há fatores de risco relacionados a nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

**c) com relação aos nossos acionistas**

Não há fatores de risco relacionados aos nossos acionistas.

**d. com relação a nossas controladas e coligadas**

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades.

**e. com relação a nossos fornecedores**

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***É essencial que consigamos adquirir matéria-prima, para que nossa produção e nossas vendas não sejam afetadas de maneira negativa e nosso resultado não seja prejudicado.***

Possuímos uma ampla gama de fornecedores no Brasil e no exterior e não concentramos nossas necessidades de produção ou comercialização em fornecedores específicos. Além disso, estabelecemos um alto grau de parceria com esses fornecedores e baseamos nossas negociações em um planejamento de compras.

O preço de nossas matérias-primas pode ser afetado pela volatilidade nas cotações de commodities e uma oscilação brusca e inesperada poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Nossas principais matérias-primas são a borracha natural, borracha sintética, látex, fios de algodão, laminados de PVC e PU, EVA, e tecidos de poliéster, que representam uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos. A borracha natural e o algodão são commodities, enquanto que as demais matérias-primas contêm em sua composição derivados de commodities como resinas de PVC, óleos plastificantes e alguns tipos de aditivos, portanto, seus valores também são estabelecidos de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do Dólar. Mesmo no caso de contratos firmados com fornecedores, buscando certa estabilidade de suprimento e custos para essas matérias-primas, as negociações contratuais podem sofrer influência de flutuações nas cotações destas commodities, sobre as quais não temos controle. Caso ocorra uma variação significativa, brusca e inesperada no preço dessas matérias-primas, podemos sofrer um efeito relevante e adverso.

***Estamos expostos à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos e dos insumos das nossas fábricas.***

Nossas principais matérias-primas estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores, alguns sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, produção agropecuária, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. Adicionalmente, aumentos de custos de insumos relacionados à produção de nossos produtos poderão vir a diminuir nossa margem de lucro.

##### **f. com relação aos nossos clientes**

***Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência de nossos clientes.***

Somos uma companhia que atua no setor varejista do Brasil e realizamos vendas a prazo de nossos produtos por clientes dos seguintes canais: atacado, distribuidores regionais, varejo de calçados multimarca e especializado em artigos esportivos e supermercados e hipermercados. Embora, não possuamos alta concentração de clientes, isto é nenhum de nossos clientes possui vendas representando mais de 10% (dez por cento) do nosso total de vendas, bem como adotamos rígidos processos de análise de crédito e cobranças, estamos expostos a riscos, ainda que pequenos, relacionados à inadimplência de nossos clientes.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Fatos adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de nossos clientes, o que poderá causar efeito adverso em nossos negócios.

Nosso negócio também poderá sofrer efeito adverso caso a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações, com relação a eventual crédito concedido, seja reduzida.

### **g) com relação ao setor de atuação**

***O setor de varejo de artigos esportivos no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competição.***

A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias e novos concorrentes, pelo número de lojas, propaganda, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, qualidade e eficiência de atendimento na venda e pós-venda, entre outros. Temos concorrentes nacionais e internacionais.

***O setor varejista é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.***

Historicamente, o setor varejista é sensível a períodos de aquecimento e desaquecimento econômico geral que levaram a aumentos e quedas nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, o que poderá afetar adversamente nossas vendas.

### **h) com relação à regulação do setor de atuação**

Não estamos expostos a riscos decorrentes da regulação do setor em que atuamos.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### ***Proteção do mercado brasileiro***

Em razão do forte crescimento das importações os governos de Brasil e da Argentina adotaram medidas “*antidumping*” aos calçados provenientes da China, impondo sobretaxa que elevou seu custo de importação. Novas barreiras de importação, ou a ampliação das atuais, dependendo de sua dimensão, podem afetar as nossas estratégias de “*sourcing*”.

### **i) com relação aos países estrangeiros onde atuamos**

#### *Internacional*

Nossa operação em países estrangeiros nos expõe aos riscos especificados nos itens acima, podemos ser adversamente afetados por variações em sua economia, instabilidade política e medidas governamentais relacionadas à economia.

Enfrentamos diversos riscos relacionados aos negócios em mercados internacionais em que atuamos, dentre os quais se destacam principalmente:

- (i) interferência de governos locais em políticas econômicas;
- (ii) liberação de licenças para a importação de mercadorias;
- (iii) instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização das moedas locais;
- (iv) deterioração de condições econômicas;
- (v) inflação e taxa de juros;
- (vi) controle de câmbio e restrições de remessa ao exterior;
- (vii) política fiscal e regime tributário;
- (viii) liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos; e
- (ix) outros aspectos políticos, sociais e econômicos que afetem os mercados em que atuamos.

A ocorrência de quaisquer dos fatores de risco acima mencionados, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados em que operamos ou que pretendemos operar, pode nos impedir de atingir os nossos objetivos estratégicos nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, resultando em um efeito adverso para nós.

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

***Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos***

Analisamos constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta, mediante monitoramento das mudanças a que nossas atividades estão sujeitas. Atualmente, não temos expectativas sobre o aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados no item 4.1 acima.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

A Companhia está sujeita a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de nossas atividades, cuja provisão para contingência encontra-se no quadro abaixo.

Natureza	31/12/2016			Controladora 31/12/2015		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
	Trabalhista	2.097	(998)	1.098	2.951	(1.058)
Fiscal	372		372			
Civil	-	(3.213)	(3.213)	-	(2.130)	(2.130)
<b>Total</b>	<b>2.469</b>	<b>(4.211)</b>	<b>(1.743)</b>	<b>2.951</b>	<b>(3.188)</b>	<b>(237)</b>

Natureza	31/12/2016			Consolidado 31/12/2015		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
	Trabalhista	2.097	(998)	1.099	2.951	(1.075)
Fiscal	372		372			
Civil	-	(3.547)	(3.547)	-	(2.130)	(2.130)
<b>Total</b>	<b>2.469</b>	<b>(4.546)</b>	<b>(2.076)</b>	<b>2.951</b>	<b>(3.205)</b>	<b>(254)</b>

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.951	-	2.951
( + ) Complemento de provisão	-	372	372
( - ) Reversão	(854)	-	(854)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>2.097</b>	<b>372</b>	<b>2.469</b>

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2017 e 2018.

**Contingências perdas possíveis**

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

(i) Ações cíveis, no montante de R\$ 1.604 (R\$ 1.540 em 31 de dezembro de 2015), com grande parte pleiteando danos morais e materiais.

(ii) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de lesão por esforço repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade, no montante de R\$ 812 (R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2015).

(iii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 2.209.

(iv) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 26.238 (R\$ 28.741 em 31 de dezembro de 2015).

#### Processos Cíveis

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível no montante total de R\$ 1.540.000,00 (Um milhão quinhentos e quarenta mil reais).

Dentre as ações cíveis em que a Companhia figura no pólo passivo descreveu abaixo aquelas que possuem relevância para os negócios da Companhia.

<b>Processo nº 0043313-14-2010.8.17.0001</b>	
a.Juízo	7ª Vara Cível da Comarca de Recife/RE

<b>Processo nº 0041798-62.2005.8.26.0002</b>	
a.Juízo	9ª Vara Fazenda Pública de São Paulo - SP



**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>Processo nº 0126642-44.2007.8-26.0011</b>	
a.Juízo	4ª Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros - SP

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estão sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou excontroladores ou investidores da Companhia ou de seus controladores.

#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Não há perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte.

**4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas são partes.

#### **4.7 - Outras contingências relevantes**

Não há outras contingências relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes.

**4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados****i) restrições impostas aos exercícios de direitos políticos e econômicos;**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

**ii) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários;**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

**iii) hipóteses de cancelamento de registro; e**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

**iv) outras questões do interesse dos investidores**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

### 5.1 – Gerenciamento de Riscos

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

#### (i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 28.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

#### a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Companhia se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

	Cenário provável		Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	R\$	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	103.447	13,9991%	17,4989%	3.620	20,9987%	7.241
IPCA	847	7,2549%	9,0686%	15	10,8823%	31
TJLP	7.098	7,5000%	9,3750%	133	11,2500%	266
TR	96	2,0126%	2,5158%	0	3,0189%	1
Peso Argentina	12.899	0,2056	0,2570	663	0,3084	1.326
Peso Chileno	1.241	0,0049	0,0061	2	0,0073	3
Fornecedor	29.571	3,2462	4,0578	23.998	4,8693	47.996
Clientes	55.998	3,2462	4,0578	45.447	4,8693	90.890
	<b>211.197</b>			<b>73.878</b>		<b>147.754</b>

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- (i) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.
- (ii) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

Classificação por categoria	Controladora		Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	1.277	9.466	5.860	10.858
		1.277	9.466	5.860	10.858
<b>Aplicacoes financeiras</b>					
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	4.895	-	4.901	-
		4.895	-	4.901	-
<b>Contas a receber clientes</b>	Empréstimos e recebíveis	45.723	50.763	55.998	60.655
		45.723	50.763	55.998	60.655
<b>Partes relacionadas</b>					
Ativos	Empréstimos e recebíveis	43.490	24.966	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	1.640	897	-	-
		41.850	24.069	-	-
<b>Fornecedores</b>	Outros passivos financeiros	16.547	25.186	29.571	33.841
		16.547	25.186	29.571	33.841
<b>Empréstimos e financiamentos</b>					
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	-	14.140	15.269
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	119.866	133.379	119.866	133.379
		119.866	133.379	134.006	148.648
<b>Debêntures</b>	Outros passivos financeiros	2.693	5.631	2.693	5.631
		2.693	5.631	2.693	5.631

### c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.



## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

### c.1. Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro 2014, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2013.

### c.2. Indicadores de inadimplência

Valores em R\$ mil

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Faturamento Bruto	244.486	272.171	316.708	339.855
Títulos Vencidos (i)	11.244	8.685	13.960	12.163
<b>Indicadores de inadimplência</b>	<b>4,60%</b>	<b>3,19%</b>	<b>4,41%</b>	<b>3,58%</b>

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes, acima de 30 dias, sobre o total do faturamento anualizado.

#### (ii) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

**5.1 - Política de gerenciamento de riscos**

	<b>Consolidado</b>				<b>Total</b>
	<b>Até um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>	
Circulante					
Fornecedores	21.594	-	-	-	21.594
Empréstimos e financiamentos	126.028	2.541	1.812	3.625	134.006
Debêntures	2.693	-	-	-	2.693
	<b>150.315</b>	<b>2.541</b>	<b>1.812</b>	<b>3.625</b>	<b>158.293</b>

## **5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado**

### **(a) riscos para os quais se busca proteção**

Buscamos proteção contra riscos de taxa de juros, riscos de preço (relacionados à variação dos preços dos nossos insumos) e riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio. Nossa gestão de risco é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

#### **Risco de Taxa de Juros**

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros. Analisamos constantemente nossa exposição a taxas de juros, sendo que estamos apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

#### **Risco de Taxa de Câmbio**

Realizamos o acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balanço cambial, de todas as nossas operações financeiras, inclusive com as controladas. Administramos nossa exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A nossa política financeira para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

#### **Risco de Liquidez**

Realizamos o acompanhamento da liquidez efetuando os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata. As principais ações da Companhia para mitigar o risco de liquidez estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

A nossa previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para nós e nossas controladas.

#### **Risco de Crédito**

Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes. Visando gerenciar este risco, mantemos contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, temos como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

## 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

### **(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

### **(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

### **(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Não utilizamos qualquer parâmetro quantitativo ou qualitativo específico para fins de gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos. Nossa administração entende que tais parâmetros não são necessários face nossa exposição a tais riscos.

### **(e) operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial.

### **(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer comitê ou componente organizacional formalmente responsável por controle dos riscos a que estamos expostos.

### **(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não aplicável.

## 5.3 - Descrição dos controles internos

### 5.3 – Descrição – Controles Internos

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. O sistema de controle interno da companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. A Administração entende que a forma de gestão de riscos e melhorias de controles internos tem sido eficiente nos últimos anos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios internos, sem identificação de deficiências significativas.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

A Diretoria Financeira – principal área responsável pelas Demonstrações Financeiras – conta com o suporte da Gerência de contabilidade para elaboração, garantindo a adoção de boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de contabilidade é responsável pela revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração**

O resultado de todos os trabalhos de controles internos e/ou deficiências no exercício é reportado por meio de relatório ao Diretor Presidente e ao Presidente do Conselho de Administração. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas periodicamente pelos Diretores. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção de ações corretivas.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos conduziram um estudo do sistema contábil e dos controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

### **5.3 - Descrição dos controles internos**

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, auditados pelo nossos auditores externo, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

Na carta de recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 emitida por nossos auditores externos, não apresentam deficiências ou recomendações significativas que possam impactar as demonstrações financeiras.

**e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente**

A administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação as distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

#### **5.4 - Alterações significativas**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## **5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não há outras informações relevantes



**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	29/08/1945
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Companhia Aberta
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	05/01/1985

## 6.3 - Breve histórico

### 6.3. Breve histórico do emissor

O Grupo Cambuci é uma multinacional brasileira e construiu sua história com muita coragem, dedicação, esforço e trabalho – características típicas dos brasileiros que continuam sendo os pilares da companhia na busca contínua de melhores resultados e na ampliação do seu território de atuação, tanto no Brasil quanto no exterior. Sua história começou em 1945, quando os filhos de Assibe - Victório, Eduardo, Mario e Ernesto Estefano - ainda jovens, mas com muita fibra e empreendedorismo, compraram a parte dos tios e fundaram, oficialmente, a Malharia Cambuci S/A, uma confecção de artigos de vestuário masculinos e femininos localizada no bairro do Cambuci, em São Paulo. Pouco menos de 25 anos depois, em 1968, os irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, filhos de Eduardo e netos de Assibe, assumiram a empresa, após a aposentadoria do tio Victório. Essa mudança iniciou um novo e promissor ciclo na Companhia, que passa a focar seus trabalhos no mercado esportivo. Em 1970, a Cambuci criou a marca Penalty e lançou produtos para a prática de futebol. Com o sucesso, alguns anos mais tarde, a Cambuci transferiu sua produção para o interior de São Paulo, em um complexo de fábricas criado para atender todo o mercado brasileiro. Em seguida, fechou o seu primeiro grande contrato com o São Paulo Futebol Clube. A década de 70 foi um período de grande crescimento para a empresa. Em 1979, a Cambuci, com a marca Penalty, fechou parceria com a Confederação Brasileira de Futebol de Salão (“CBFS”), que acabava de nascer. Constantes investimentos na modalidade por mais de 20 anos, firmaram a Penalty como uma marca profissional intimamente ligada ao universo do futebol, em suas diversas modalidades. Começava, neste momento, a internacionalização da marca Penalty. Antes da metade dos anos 80, a Cambuci tornou-se a maior fabricante brasileira de bolas. Neste período, transformou-se em sociedade por ações de capital aberto e adquiriu os direitos de fabricação de calçados da marca Asics, bem como de raquetes e bolas de tênis das marcas Wilson e Doonay. Absorvendo, a partir daí, experiência e tecnologia que lhe permitiram avançar no padrão internacional de seus produtos. Seguindo o caminho da internacionalização, nos anos 90 a Penalty consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Com resultado dos investimentos, a marca mostrou-se “pé quente”, pois o São Paulo Futebol Clube, time patrocinado pela Penalty, foi bicampeão da Libertadores da América e do Mundial Interclubes, em 1992 e 1993. Dois anos depois, em 1995, o Grêmio de Football Portoalegrense, outro time patrocinado pela Penalty, foi campeão da Libertadores da América e vice-campeão no Mundial Interclubes. Além disso, a Seleção Brasileira de Futsal, também patrocinada pela Penalty, foi pentacampeã mundial (1982, 1985, 1989, 1992 e 1996), tornando a modalidade cada vez mais prestigiada em todo o Mundo. Ainda na década de 90, a explosão do consumo de material esportivo estimulou a Cambuci a investir cada vez mais no crescimento da marca Penalty. Por outro lado, a abertura do mercado brasileiro às importações provocou a entrada de inúmeras marcas esportivas internacionais, tornando o consumidor mais exigente.

Esses acontecimentos foram encarados como um desafio. Em três estados brasileiros, São Paulo, Bahia e Paraíba, modernas fábricas foram inauguradas,

### 6.3 - Breve histórico

linhas de produtos ampliadas, desenvolvidas novas tecnologias em bolas, calçados, confecção, equipamentos e acessórios, além de estratégicos investimentos aplicados no setor esportivo.

Com isso, a Cambuci manteve sua competitividade no mercado nacional e firmou-se no mercado internacional, levando a marca Penalty para diversos países em toda a América, Ásia e Europa. Em 1998 foi fundada a Penalty Argentina, primeira filial fora do Brasil e que hoje tem presença massiva de Missiones a Usuhaia, sendo uma das principais marcas argentinas de futebol. Para assegurar a estratégia de ampliação de sua presença no universo esportivo, a Cambuci lançou, em 2005, a marca Stadium, complementando o extenso portfólio de produtos da empresa. Deste modo, buscou acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional e a migração das classes C, D e E, apresentando a marca Stadium como uma nova opção para aquisição de produtos esportivos, através da excelente relação custo/benefício ofertada em seus materiais.

Em 2008, a Cambuci iniciou internamente um importante projeto de planejamento para reposicionar a marca Penalty e, em 2011, após três anos de pesquisas e investimentos, apresentou seu novo direcionamento estratégico, amparado na legitimidade de ser a única marca genuinamente brasileira de futebol. Este reposicionamento, focado em uma nova e arrojada identidade visual na reformulação completa do portfólio de produtos e na estruturação da Companhia para a excelência na prestação de serviços e no fortalecimento da marca no mercado internacional; tem por objetivo preparar a Penalty, da melhor forma possível, para os próximos anos, mantendo a marca como um dos maiores expoentes do esporte nacional. Hoje, a Companhia está presente em 14 países, entre os quais alguns através de filiais ou subsidiárias, como Argentina, Chile e Espanha e outros de licenciários, como o Japão – onde acaba de instalar um escritório que servirá como braço para alcançar os demais mercados europeus. Assim sendo, para atender uma demanda cada vez maior, a Cambuci conta com instalações que atendem aos mais exigentes padrões internacionais e produzem materiais esportivos que são exaustivamente testados em laboratórios próprios e, principalmente, por atletas profissionais. Tamanho cuidado garante o endosso das principais confederações e federações esportivas do mundo, bem como de atletas de renome internacional. Ciente também de seu papel nas sociedades onde atua, o Grupo Cambuci emprega, só no Brasil, aproximadamente dois mil funcionários diretos, que são treinados e contam com toda assistência necessária para a melhor prática de suas funções. Como empresa cidadã, apóia diversos projetos sociais, oferecendo oportunidades às pessoas menos favorecidas. Assim, a Cambuci possui uma história escrita através do apoio incondicional ao esporte, sendo que, através das suas marcas Penalty e Stadium, mantém seu trabalho, ciente de que a melhor forma de comemorar o passado é mantendo o foco no futuro.

**6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Não houve pedido de nossa falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

## **6.6 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Somos uma das maiores fabricantes de artigos esportivos do Brasil. Possuímos duas marcas nacionalmente reconhecidas: “Penalty” e “Stadium”, que são comercializadas no setor varejista, através de lojas próprias, e atacadista, para lojas multimarcas. Nossos negócios compreendem: a) a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; b) importação e exportação de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; c) comercialização interativa; d) serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros; e) participações societárias em empresas controladas e coligadas com atividades afins ou complementares f) prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, vendemos 1,9 milhões de pares de calçados, 2,3 milhões de bolas, 1,1 milhões de produtos de confecção, 0,7 milhões de equipamentos e 3,3 milhões de pares de meias, contribuindo para que alcançássemos receita operacional líquida de R\$ 205,7 milhões e um EBITDA de R\$ 18,9 milhões nesse período. No consolidado, a receita líquida de 2016 foi de R\$ 276,4 milhões, redução de 3,3% ou 9,5 milhões em relação a 2015. Em 2015 em relação a 2014 nossa receita operacional líquida consolidada subiu 0,7%. Nossas marcas “Penalty” e “Stadium” estão associadas a produtos de alta qualidade. Com 70 anos de experiência, desenvolvemos uma ampla linha de artigos esportivos, com foco em calçados, bolas e meias. A “Penalty”, nossa marca mais estabelecida, foi fundada em 1970 pelos irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, sendo uma das marcas de produtos para a prática de futebol mais consumidas no Brasil. Nos anos 90, a “Penalty” consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Adicionalmente, nossa marca “Stadium”, fundada em 2005, assegurou a estratégia de ampliação da nossa presença no universo esportivo brasileiro, complementando nosso extenso portfólio de produtos. Seu conceito busca acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional, apresentando-se como nova opção para aquisição de produtos esportivos pelas classes “C”, “D” e “E”, com excelente relação custo x benefício. Acreditamos que as linhas de produtos oferecidas por nossas marcas se complementam ao atingir seus específicos públicos-alvo, consolidando nossa estratégia de oferecer artigos esportivos que podem ser demandados por diversos nichos de mercado. Nossos produtos são distribuídos por meio de oito lojas próprias, localizadas nas cidades de Itajuípe e Itabuna, no Estado da Bahia, na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, nas cidades de São Roque, Sorocaba, São Miguel, Campinas e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo e lojas multimarcas no Brasil e em cerca de 14 países. No período de 12 meses, encerrado em 31 de dezembro de 2016, 4,1% da nossa receita consolidada bruta de vendas de mercadorias resultaram de nossas lojas próprias e 95,9% resultaram de vendas para nossos clientes multimarcas. Possuímos operações fabris próprias com infraestrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, contamos com um complexo

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da Bahia, com área total construída de 8.500 m<sup>2</sup>, com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha, e outra unidade industrial, localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia, com área total construída de 18.500 m<sup>2</sup>, onde são produzidas camisas, calções e meias das marcas “Penalty”, aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional. Possuímos, ainda, uma fábrica na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba. No exterior contamos com uma unidade fabril no Paraguai, localizada na cidade de Hernandarias, que produz artigos de confecção e calçados e outra na Argentina. Possuímos, ainda, dois centros de distribuição de mercadorias, que, por questões estratégicas, ficam localizados na cidade de Itajuípe (BA) e Bayeux (PB). O processo de fabricação de nossos produtos em fábricas próprias nos permite aproveitar o crescimento do segmento de artigos esportivos no País e nossas lojas próprias contribuem para a aproximação da Companhia junto aos nossos clientes finais, além de permitir que busquemos sempre as melhores práticas, adquirindo *know how* de varejo. Com relação aos nossos canais de distribuição multimarca, nossa presença dá-se por meio de cerca de 5.500 clientes em todos os Estados do País. Por meio de nossos clientes multimarcas aumentamos nossa capilaridade, uma vez que a penetração de nossos produtos é sensivelmente aumentada, com presença em cidades de médio e pequeno portes localizadas em todos os Estados brasileiros. As lojas multimarcas também consolidam a força de nossas marcas e aumentam a nossa relevância, por meio do preenchimento de lacunas de penetração deixadas pelas lojas próprias. A Companhia possui ainda filiais na Argentina, Paraguai, Chile e Espanha, além de licenciar a marca “Penalty” no Japão. Atualmente exporta seus produtos para alguns países na América do Norte, América Latina e Europa. A cada ano a Companhia vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta *performance* e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os seus projetos tecnológicos e inovadores, que são condições primordiais para a Companhia prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a industrialização, comercialização, importação, exportação de artigos esportivos. O mix atual de vendas da Companhia demonstra a participação relevante nos segmentos de bolas, calçados e confecção de artigos de vestuário destinados a prática de esportes, sendo a distribuição da seguinte forma:

Segmentos	
Bolas	42,5%
Confecções	11,6%
Calçados	32,7%
Meias	7,3%
Equipamentos	5,9%

Adicionalmente também importamos e exportamos de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e prestamos serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados.

### b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia; e (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

Em função de suas atividades, a Companhia está organizada em unidades de negócio denominadas Unidades Estratégicas de Negócio (“UEN”). No Brasil as UENs tem responsabilidade sobre a geração de receitas em sua área de atuação, sendo a gestão administrativa, financeira e *supply* feitas de formam centralizadas para todas as UENs. No exterior, as UENs tem responsabilidade pelo resultado final de cada filial. Os produtos da Companhia estão representados por duas marca (“Penalty” e “Stadium”), que são comercializadas por lojas próprias e lojas multimarcas. A Companhia divide-se em 4 UENs no Brasil, sendo a UEN Penalty responsável pelas receitas da marca “Penalty” no Brasil, a UEN Stadium, responsável pelas receitas da marca “Stadium” no Brasil, a UEN Varejo, responsável pelas lojas próprias no Brasil e a UEN Internacional, responsável pelas vendas no exterior e pelas operações de *back to back*. No exterior temos uma UEN para cada filial (Chile, Argentina e Espanha). Em função da concentração das nossas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, estamos organizados em uma única atividade geradora de caixa e, portanto, em um único segmento passível reporte. A receita líquida da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:



## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de 20% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

#### **a) características do processo de produção**

Nossos produtos são produzidos em 5 fábricas, localizadas no Brasil, no Paraguai e Argentina. Todas as nossas fábricas são dotadas de célula de manufatura, onde os empregados tem maior identidade com o processo de produção, gerando maior satisfação pessoal no desenvolvimento das atividades. Possuímos operações fabris próprias com infra-estrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, em setembro de 2000, inauguramos nosso primeiro complexo industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da BA com área total construída de 8.500 m<sup>2</sup>, com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha. Em fevereiro de 2001, inauguramos a segunda unidade industrial, esta localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia. Com área total construída de 18.500 m<sup>2</sup>, nesta unidade são produzidas camisas, calções e meias da marca “Penalty”, aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional. Possuímos ainda 1 fábrica localizada, na cidades de Bayeux, no Estado da Paraíba. No exterior, contamos com uma unidade fabril no Paraguai, inaugurada em abril de 2008, localizada na cidade de Hernandarias, que produz artigos de confecção e calçados das marcas “Penalty” e “Stadium”, e outra unidade localizada na Argentina. Nossas unidades de fabricação próprias nos permitem gerir todo o processo de produção, da compra de matéria-prima ao preço final do produto além de nos proporcionarem uma redução dos custos de produção, automação e melhoria da qualidade dos nossos produtos. Trabalhamos regularmente para aumentar a eficiência de nossas operações.

Os aumentos de nossa produção, em todas as nossas linhas de fabricação, tem sido alcançados, mediante a realização de investimentos em novos equipamentos, com vistas à modernização da Companhia e, principalmente, ao ganho de produtividade. Inovação e o pioneirismo são nossos pontos focais, resultando no desenvolvimento contínuo de novas tecnologias, dentre elas: - Linha Max de Futsal – linha profissional de futsal que oferece a melhor articulação, domínio e ventilação para diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem da melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios. - Linha S11 de Futebol de Campo – linha profissional de futebol de campo e society, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro e espanhol. Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios. - Meião Kanguru – produto único no segmento

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.

- Bola Oficial de Vôlei Pró 7.0 – Exclusiva bola matrizada de 16 gomos certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.

- Sistema d-Tech – desenvolvido para orientação e auxílio na evolução do vôlei, que detecta com precisão e em tempo real as informações se a bola foi dentro ou fora da quadra, bem como, a velocidade atingida no solo.

- Tecnologia Sensor – o exclusivo couro Sensor, genuinamente brasileiro, possui características diferenciadas para a melhor prática do futebol. Tem uma construção mais leve e resistente, com tratamento hidrofugado. Ajuste perfeito aos pés, permitindo passes precisos, chutes certos e conforto máximo no uso.

- Tecnologia Tênis – para garantir um melhor contato entre o pé do jogador e a bola, o exclusivo laminado Tênis foi desenvolvido com uma microfibras altamente resistente e macia, para estender os limites do jogador e fazer a diferença em campo.

- Tecnologia Termotec – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, agora presente nas chuteiras da linha profissional S11 e Max Viento. Através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.

- Tecnologia Polipró – meias mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.

- Anatomic System / Luvas – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle da bola.

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

- NEOGEO / Bolas – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.

- Kick Off - A Penalty desenvolveu uma tecnologia exclusiva para as bolas de futebol society. A tecnologia Kick Off oferece mais precisão em passes e chutes, menos quique e melhor controle para o jogador.

- Aracnum – Presente em confecção, calçados e luvas, é uma tecnologia aplicada em regiões estratégicas dos produtos Penalty para garantir mais grip e aderência com a bola.

- Double Action - Tecnologia presente nas bombas Penalty, facilita o manuseio do produto, exigindo meio esforço ao inflar a bola. Reduz em 50% o esforço do consumidor.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

#### **b) características do processo de distribuição**

A distribuição de nossos produtos é realizada pelas lojas próprias e pelas lojas multimarcas, permitindo uma abrangência nacional e internacional e forte capacidade de crescimento de nossas marcas.

Atuamos no varejo, com lojas próprias segmentadas em Outlet, lojas conceito e lojas de Clubes patrocinados pela Companhia. Utilizamos, ainda, de representantes nomeados e executivos de vendas que atuam em regiões comerciais segmentadas por tamanho de mercado e linhas de produtos, atendendo principalmente lojas especializadas, lojas de departamentos e grandes varejistas. A distribuição física dos produtos é feita por transportadoras terceirizadas especializadas no segmento esportivo, contratadas para realizar a entrega de nossos produtos aos nossos clientes multimarcas. Cada região geográfica é atendida primariamente por uma transportadora, não dependemos de nenhuma transportadora específica e temos facilidade na substituição de qualquer uma delas rapidamente. A contratação com as transportadoras não tem caráter de exclusividade.

O nosso modelo de fornecimento de produto engloba apenas a produção em nossas fábricas, próximas aos nossos centros de distribuição, que estão estrategicamente localizados. Possuímos dois centros de distribuição de mercadorias, que ficam localizados na cidade de Itajuípe, Estado da Bahia e na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba, onde nossos produtos são submetidos a controle de

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

qualidade, processamento e armazenamento até o recolhimento pelas transportadoras terceirizadas para entrega. **c) características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados;** e Os mercados varejista e industrial de artigos esportivos brasileiro são pulverizados, sem a presença de um participante no setor com grande representatividade no mercado. **(ii) condições de competição nos mercados** O varejo de materiais esportivos mostra-se cada vez mais concentrado, grandes players centralizando suas compras, conseqüentemente construindo o cenário das marcas locais. Clientes como Centauro, Netshoes e Paquetá representam mais 60% das vendas de marcas como Nike e Adidas. Temos trabalhado o mercado fortemente no tocante a distribuição, positivação e busca por novos clientes, porém, temos que saber trabalhar o *mix* e volume nestes clientes representativos porque eles são os que crescem ano a ano frente a canibalização de clientes pequenos regionalmente. Por fim, o mercado mostrasse cada vez mais restrito no tocante a escolha\posicionamento de marcas. A dificuldade de giro e condição de cenário recessivo em algumas praças faz com que clientes não apostem mais em várias marcas, optando por aquelas que apresentam melhor oferta de produtos e maior relevância comercial e de marketing. Continuamos, conseguindo nos estabelecer em clientes, eliminando o interesse dos mesmos em manter marcas como Topper ou Umbro. Em clientes onde a escolha por futebol acontece apenas por 3 marcas, sempre estamos ao lado de Nike e Adidas. **d) eventual sazonalidade** Não há uma sazonalidade identificada em consumo, o que há é uma sazonalidade de compras criada pelo *trade*. Ele aposta o início de ano em compras de oportunidade, fora de linha, queimas de estoque, inicia sua apresentação de produtos regulares em março, segue o ano acompanhando giro e volumes e retrai suas compras em novembro, procurando atacar os estoques em dezembro, sem grandes reposições que comprometam seu fechamento\balanço, repondo apenas o essencial. **e) principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;** Temos como principais insumos e matérias primas utilizados nos processos de fabricação de nossos produtos fios têxteis; adesivos; tecidos; papel para termotransferência; transfer's; borracha natural; látex; embalagens de papel ondulado e micro ondulado. **(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;** e O fornecimento dos insumos e matérias primas dos quais necessitamos é realizado de forma pulverizada, no entanto, momentaneamente temos uma única dependência que se refere ao papel para termotransferência, em razão de especificações técnicas diferenciadas. **(iii) eventual volatilidade em seus preços.**

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

Dentre os principais insumos existe uma relativa volatilidade nos preços de borrachas e látex em razão da entre safra, por se tratarem de produtos naturais.

**7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total****a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum de nossos clientes, individualmente, concentra participação superior a 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

**b) segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente**

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- **Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS)**

Reforçando o compromisso com a busca da excelência em suas operações, colocamos em prática o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, que tem como objetivo reduzir a geração de resíduos sólidos, orientando seu correto acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final. Nos nossos processos produtivos todos os materiais são separados, conforme o padrão internacional de identificação, através da coleta seletiva, e encaminhados às áreas de descarte. Todas as nossas unidades fabris possuem área específica para armazenamento de resíduos gerados no processo produtivo, de modo a segregar cada item, possibilitando o seu reaproveitamento ou reciclagem pelas empresas autorizadas a prestar tal serviço. No ano de 2015, em média 27% dos resíduos de todas as nossas Unidades fabris foram reciclados, conforme gráfico a seguir:

- **Incentivo à sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental – O**

Projeto Diversidade é um projeto de inclusão social, desenvolvidos pelas unidades fabris, em parceria com o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, que visa colaborar com a desinstitucionalização e promoção da reinserção social de seus pacientes por meio da doação de resíduos, provenientes do processo das unidades produtivas, para a realização de oficinas terapêuticas de artesanato que visam capacitar o paciente na (re)construção e exercício da cidadania e geração de renda, mediante a comercialização dos produtos produzidos nas oficinas. Na Bahia a doação de resíduos também se estende à LBV – Legião da Boa Vontade.

- **Reuso de água do processo de serigrafia - Nosso foco é a ecoeficiência.**

Para isso, não nos limitamos em produzir dentro dos mais rigorosos padrões de segurança. Nós buscamos a utilização racional de água e energia, a menor geração possível de efluentes, resíduos e emissões em todas fábricas, bem como, incentivamos a adoção de boas práticas de cidadania e conceitos dos 3 R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar - entre todos os nossos colaboradores. Em 2015, o reuso de água do processo de serigrafia totalizou 161m³/mês.

- **Combustível Biodegradável – Utilizamos ainda combustível**

biodegradável – biomassa de casca de castanha de caju e dendê - na produção de energia para o nosso processo produtivo. Somente no ano de 2015 foram utilizadas 1.680 toneladas (utilizamos 120 t de coquinho de dendê) . Reforçando ainda o nosso compromisso com as boas práticas de gestão ambiental, reutilizamos cerca de 3.200 Kg de resíduos provenientes da manufatura de meias (Utilizamos na unidade de Itabuna 2600kg/mês), na limpeza nos processos de serigrafia das nossas fábricas.

#### Outras práticas sócio ambientais:

### 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Tratamento da água do lavador de gases nas unidades fabris;
- Análise do CONAMA da água da estação de tratamento de esgoto;



## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Monitoramento de lançamento de efluentes;
- Incineração das estopas sujas de óleo, tintas e graxas;
- Monitoramento do corpo hídrico em dois pontos, 10 metros a montante e 10 metros a jusante do ponto de lançamentos do efluente,
- Monitoramentos ambientais dos postos de trabalhos, a fim de controlar as emissões fugitivas para o meio ambiente.

Os resíduos de Classe II enviamos para uma empresa recicladora que utiliza tecnologia de coprocessamento uma técnica de destruição térmica de resíduo com recuperação energética e substituição de matéria prima no processo de produção de clínquer (cimento).

• **Educação e Conscientização Ambiental** - busca incentivar alterações no estilo de vida e a mudança de comportamento individual de nossos colaboradores e comunidade, pois acreditamos que somente com esforço coletivo para reflexão e mudanças no dia-a-dia é que poderemos caminhar, de fato, rumo à sustentabilidade. No ano de 2015, a empresa promoveu a **Semana da Conscientização Ambiental**, que teve como objetivo gerar reflexão sobre o impacto ambiental, fortalecer as informações e conhecimentos sobre educação ambiental, coleta de resíduos, reciclagem do lixo e gerar debates sobre o meio ambiente a sustentabilidade.

• **Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS)**

Reforçando o compromisso com a busca da excelência em suas operações, colocamos em prática o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, que tem como objetivo reduzir a geração de resíduos sólidos, orientando seu correto acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final. Nos nossos processos produtivos todos os materiais são separados, conforme o padrão internacional de identificação, através da coleta seletiva, e encaminhados às áreas de descarte. Todas as nossas unidades fabris possuem área específica para armazenamento de resíduos gerados no processo produtivo, de modo a segregar cada item, possibilitando o seu reaproveitamento ou reciclagem pelas empresas autorizadas a prestar tal serviço. No ano de 2015, em média 27% dos resíduos de todas as nossas Unidades fabris foram reciclados, conforme gráfico a seguir:

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

• **Incentivo à sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental – O**

Projeto Diversidade é um projeto de inclusão social, desenvolvidos pelas unidades fabris, em parceria com o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, que visa colaborar com a desinstitucionalização e promoção da reinserção social de seus pacientes por meio da doação de resíduos, provenientes do processo das unidades produtivas, para a realização de oficinas terapêuticas de artesanato que visam capacitar o paciente na (re)construção e exercício da cidadania e geração de renda, mediante a comercialização dos produtos produzidos nas oficinas. Na Bahia a doação de resíduos também se estende à LBV – Legião da Boa Vontade.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- **Reuso de água do processo de serigrafia** - Nosso foco é a ecoeficiência. Para isso, não nos limitamos em produzir dentro dos mais rigorosos padrões de segurança. Nós buscamos a utilização racional de água e energia, a menor geração possível de efluentes, resíduos e emissões em todas fábricas, bem como, incentivamos a adoção de boas práticas de cidadania e conceitos dos 3 R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar - entre todos os nossos colaboradores. Em 2015, o reuso de água do processo de serigrafia totalizou **161m<sup>3</sup>/mês**.
- **Combustível Biodegradável** – Utilizamos ainda combustível biodegradável – biomassa de casca de castanha de caju e dendê - na produção de energia para o nosso processo produtivo. Somente no ano de 2015 foram utilizadas 1.680 toneladas (utilizamos 120 t de coquinho de dendê) . Reforçando ainda o nosso compromisso com as boas práticas de gestão ambiental, reutilizamos cerca de 3.200 Kg de resíduos provenientes da manufatura de meias (Utilizamos na unidade de Itabuna 2600kg/mês), na limpeza nos processos de serigrafia das nossas fábricas.

**7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior****a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Em 31 de dezembro de 2016, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado interno totalizou R\$ 205.368.578,65, representando 71,78% do montante faturado no período.

**b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia País R\$(mil) %**

<b>País</b>	<b>R\$(mil)</b>	<b>%</b>
Argentina	69.321	24,23
Chile	5.558	1,94
Outros	5.842	2,04
Total	80.721	28,22

**c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Em 31 de dezembro de 2016, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado externo totalizou R\$ 80.721 mil representando 28,22 % do montante faturado no período.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

Não estamos sujeitos à regulação de países estrangeiros de onde obtemos receitas relevantes e que influenciem nossos negócios.

## 7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia não possui relações de longo prazo não expressamente mencionadas em outros itens deste Formulário de Referência, que julgue como importantes para a compreensão de outras atividades por ela desenvolvidas.

A Companhia elabora e divulga balanço social, que está disponível no endereço eletrônico na rede mundial de computadores da CVM e da Companhia, podendo ser acessado através do link:

[http://investidores.cambuci.com.br/site/index.php?acao=arquivo&pagina\\_id=64&id\\_pai=3&id\\_filho=64](http://investidores.cambuci.com.br/site/index.php?acao=arquivo&pagina_id=64&id_pai=3&id_filho=64)

Informamos que esta Cia. não participará do “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado”, tendo em vista que a empresa divulga o seu Balanço Social no endereço eletrônico acima mencionado.

## **7.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## **8.1 - Negócios extraordinários**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante nos três últimos sociais que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

## **8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações significativas nos três últimos exercícios sociais na forma de condução dos negócios da Companhia.



### **8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não aplicável, uma vez que nem a Companhia nem suas controladas celebraram nos últimos três exercícios sociais contratos com terceiros que não estejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

#### **8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Não há qualquer outra informação relevante sobre a matéria que não tenha sido divulgada nesta seção.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

Não há outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento de nossas atividades que não estejam indicados nos itens 9.1 (a) a 9.1 (c) abaixo.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Terreno	Brasil	SP	São Roque	Própria
Terreno	Brasil	BA	Itabuna	Própria
Terreno	Brasil	BA	Itajuípe	Própria

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Penalty	Indeterminado	Inexistente	Inexistente
Marcas	Stadium	Indeterminado	Inexistente	Inexistente

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
Cambuci Importadora Ltda.	00.734.109/0001-52	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Comércio de artigos destinados a pratica de esportes	99,990000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	-9.660.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Cambuci Trust	02.955.811/0001-71	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Compra e venda de imóveis próprios	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>				
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
ERA SPORTS LTDA.	00.011.241/0001-36	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio, importação e exportação de artigos esportivos	99,990000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	27.336.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Impar Paraguay	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Paraguay		Hernandarias	Industrialização e comercialização de artigos esportivos	96,700000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	4.258.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Impar Sports Ltda.	04.504.429/0001-77	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Industrialização, comercialização atacadista, varejista e interativa, e representação de artigos esportivos	98,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	-17.479.000,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Latinline Trade S/A	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Uruguai		Montevideo	Administração de investimentos e operações no exterior	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	2.587.000,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Penalty Argentina	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Argentina		Buenos Aires	Industrialização e comercialização de artigos esportivos	95,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	4.880.000,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Penalty Chile	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Chile		Santiago	Comercialização de artigos esportivos	100,000000





## **9.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### 10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar o seu plano de negócio. Seguem abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

Consolidado	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	Varição Percentual 31/12/2016 X 31/12/2015	Varição Percentual 31/12/2015 X 31/12/2014	Varição Percentual 31/12/2014 X 31/12/2013
Patrimônio Líquido	(36.339)	(366)	30.734	17.785	-9828,7%	-101,2%	72,8%
Ativo Total	224.018	269.473	271.780	269.370	-16,9%	-0,8%	0,9%
Receita Líquida	276.389	285.919	283.864	283.287	-3,3%	0,7%	0,2%
Resultado Bruto	105.114	115.538	123.336	115.632	-9,0%	-6,3%	6,7%
Resultado Líquido	(33.388)	(27.450)	13.986	331	-21,6%	-296,3%	4125,4%

Em 31 de dezembro de 2016, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam passivo circulante em excesso ao ativo circulante, consolidados, no montante de R\$ 83.858, principalmente pelos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo e um passivo a descoberto consolidado em R\$ 36.129.

Dessa forma, a Administração da Companhia vem direcionando seus esforços para assegurar e fortalecer o seu caixa e também para o crescimento e a recuperação das vendas e margens operacionais. A seguir, destacamos as seguintes ações e medidas já desencadeadas:

- Elaboração do orçamento do exercício de 2017, com orientação rigorosa no controle de despesas, refletindo uma redução de 27% nas despesas operacionais, quando comparado com o exercício de 2016;
- Redução de 13,3% das despesas com vendas, gerais e administrativas no exercício, quando comparado ao exercício de 2015;
- Reorganização da força de vendas, com a reestruturação da operação de comércio exterior, objetivando um aumento no volume das exportações, com um incremento de 21% no exercício comparado com 2015;
- Relançamento da marca “Stadium”, com contratação de 29 novos representantes, sendo que o reflexo já foi observado neste exercício, triplicando a receita da marca comparado com o mesmo período de 2015;

Além das medidas destacadas anteriormente, a administração Companhia contratou duas consultorias especializadas para efetuar:

- a estruturação e revisão de despesas financeiras, com uma redução de R\$ 12,4 MM no ano; e
- a reestruturação financeira, visando o alongamento do seu endividamento, sendo as principais ações:
  - Re-equacionamento de suas dívidas financeiras de curto prazo;
  - Adequar os desembolsos à sua geração de caixa;
  - Melhoria de capital de giro;

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dessa forma, continuamos mantendo foco nos objetivos de crescimento, na redução de despesas, na alocação criteriosa dos investimentos, no planejamento e constante desenvolvimento das nossas marcas Penalty e Stadium, visando garantir um posicionamento sólido e consistente nos mercados de atuação.

### **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

**(i) hipóteses de resgate**

Não aplicável.

**(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.**

Não aplicável.

### **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Administração da Companhia entende que possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

A Companhia finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$ 10.761.

### **d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes**

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais.

### **e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Não aplicável.

### **f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes, (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento da companhia apresentava a seguinte composição:

### **EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Em moeda corrente - R\$</b>					
Capital de giro - CDI	CDI + 5,86% a.m.	103.447	114.444	103.447	114.444
Capital de giro - Fixo	Fixo 18% a.a.	8.378	-	8.378	-
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	-	536	-	536
Desenbahia - BNDES (a)	TJLP	7.098	16.133	7.098	16.133
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	96	231	96	231
Leasing	1,04% a 1,24%	-	575	-	575
BDMG	IPCA + 6% a.a.	847	1.460	847	1.460
		<b>119.866</b>	<b>133.379</b>	<b>119.866</b>	<b>133.379</b>
<b>Em moeda estrangeira - US\$</b>					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	-	14.140	15.269
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.140</b>	<b>15.269</b>
		<b>119.866</b>	<b>133.379</b>	<b>134.006</b>	<b>148.648</b>
Passivo circulante		111.888	116.698	126.028	131.967
Passivo não circulante		7.978	16.681	7.978	16.681

**i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes****(a) Desenbahia**

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$ 7.293 correspondem a 95 parcelas.

**(b) Detalhamento das operações de financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas estão assim demonstrados:

Encargos Financeiros Médios	Cambuci	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total	
<b>Em moeda corrente - R\$</b>					
Capital de giro - CDI	CDI + 5,86% a.m.	103.447	-	-	103.447
Capital de giro - Fixo	Fixo 18% a.a.	8.378	-	-	8.378
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	-	-	-	-
Desenbahia - BNDES (a)	TJLP	7.098	-	-	7.098
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	96	-	-	96
BDMG	IPCA + 6% a.a.	847	-	-	847
		<b>119.866</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>119.866</b>
<b>Em moeda estrangeira - US\$</b>					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	12.899	1.241	14.140
		<b>-</b>	<b>12.899</b>	<b>1.241</b>	<b>14.140</b>
		<b>119.866</b>	<b>12.899</b>	<b>1.241</b>	<b>134.006</b>

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como: imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

**(c) Operações em moeda estrangeira**

Em 31 de dezembro de 2016 não há na Controladora operações de financiamento em moeda estrangeira.

**(d) Agenda de pagamentos**

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
2016	-	131.967
2017	126.028	3.817
2018	2.541	1.966
2019	906	1.956
2020	906	1.956
2021 em diante	3.625	6.986
	<b>134.006</b>	<b>148.648</b>

**(e) Garantias**

A Cambuci concedeu garantias para parte de seus empréstimos e financiamentos conforme mencionado na Nota 21 das demonstrações financeiras publicadas em 31 de dezembro de 2016.

**(f) Cláusulas restritivas de contratos**

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

### **DEBÊNTURES (emissões públicas não conversíveis em ações)**

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Encargos financeiros</b>		<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	2.693	5.631	2.693	5.631
Passivo circulante		2.693	5.631	2.693	5.631

O montante das debêntures acima demonstrado tem vencimento em 2017.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia renegociou os termos das debêntures da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se adimplente com a atual operação.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais conforme mencionado na Nota 27 das demonstrações financeiras.

### ii) **outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras**

A Companhia não possui relações de Longo Prazo com instituições financeiras.

### iii) **grau de subordinação entre dívidas**

Não há subordinação entre dívidas da Companhia

### iv) **eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário**

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos citados possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

### g) **limites de utilização de financiamentos já contratados**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estava utilizando 95%, aproximadamente, dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras. Todos os contratos possuem garantias calçadas em duplicatas mercantis.

### h) **alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

## 1 **Sumário das principais práticas contábeis**

A companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### 1.1 **Declaração de conformidade e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

#### (i) **Base de mensuração**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis. Não há em 31 de dezembro de 2016 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

### (ii) **Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações contábeis da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 26, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 28. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

### (iii) **Aprovação das Demonstrações Financeiras**

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de março de 2017.

### a) **Demonstrações financeiras consolidadas**

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas

### b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2016..

As demonstrações financeiras individuais, denominada “Controladora”, estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas e não apresentam diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidados.

## 1.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis da Controladora.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

As demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Controladora e das seguintes controladas, em 31 de dezembro de 2016:



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Sede (País)	Participação no capital total - %	
		31/12/2016	31/12/2015
<b>Controladas Diretas</b>			
Cambuci Importadora Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Era Sports Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Brasil	98,00	98,00
Cambuci Trust S/A	Brasil	100,00	100,00
Latinline S/A	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	Chile	100,00	75,00
Penalty Ibéria S.L	Espanha	100,00	100,00

### 1.3 Apresentação de informações por segmentos

A informação do segmento operacional da Companhia é elaborada e apresentada de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Diretor Presidente, que é o principal tomador de decisões operacional e responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento. Nota 34 das demonstrações financeiras.

### 1.4 Conversão de moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real, definida de acordo com o CPC 02 (R2) e IAS 21.

#### (b) Transações e saldos

As transações e os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou do encerramento do exercício, conforme aplicável. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

As variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros são classificadas como “receitas financeiras” e “despesas financeiras”, respectivamente.

#### (c) Controladas

As controladas possuem moeda funcional diferente da moeda da Controladora, a saber:

- (i) Penalty Argentina, sediadas na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino;
- (ii) Penalty Chile, sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno;
- (iii) Penalty Ibéria, sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; e
- (iv) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guaraní.
- (v) Latinline, sediada no Uruguai, cuja moeda funcional é o Dólar Americano

As demonstrações financeiras destas controladas são convertidas para reais com base nas seguintes regras:

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Os ativos e passivos são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento do final de cada exercício;
- O patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica, ou seja, a taxa de câmbio vigente na data de cada transação; e
- As demonstrações do resultado são convertidas com base na taxa média mensal de câmbio em vigor nas datas das demonstrações financeiras.

Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “outros resultados abrangentes”.

### 1.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 8).

### 1.6 Aplicações financeiras

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 1.7 Ativos financeiros

#### Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

**(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** – *um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.*

**(b) Empréstimos e recebíveis** - ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras..

**(c) Ativos mantidos até o vencimento** - *ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a*

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

*Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.*

**(d) Ativos financeiros disponíveis para venda** - quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

### 1.8 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no “resultado financeiro” do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como “outros resultados abrangentes”. Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados *pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do “resultado financeiro”*.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

### 1.9 Compensação de instrumentos financeiros

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 1.10 Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (impairment)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

#### (a) Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

#### (b) Ativos classificados como disponíveis para venda

No momento a Cambuci não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivéssemos alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de “outros resultados abrangentes” para o resultado do exercício. Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

### 1.11 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment). O prazo médio de recebimento da Companhia é de 120 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

### 1.12 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

### 1.13 Contratos de arrendamentos (leasing)

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasing financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 18.2 das demonstrações financeiras.

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

### 1.14 Participações em sociedades controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle), o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

direitos de voto. Os investimentos em sociedades controladas são contabilizados, nas demonstrações financeiras da Controladora, pelo método de equivalência patrimonial. Esses investimentos são integralmente consolidados enquanto a Companhia detiver o seu controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia verifica, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta “resultado de equivalência patrimonial”.

### 1.15 Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

### 1.16 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Conforme mencionado na Nota 1.9 acima, os bens destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados inicialmente pelo valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato, dos dois o que for menor.

Os encargos financeiros, quando aplicável, são capitalizados sobre o saldo dos projetos em andamento utilizando (i) a taxa média de captação de todos os financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i).

Os gastos com o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados, quando incorridos, como custo de produção.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear. As taxas médias de depreciação e amortização utilizadas, determinadas com base na vida útil dos bens, estão apresentadas na Nota 18.2 das demonstrações financeiras.

A avaliação dos ativos da Companhia é efetuada periodicamente pelo setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (impairment), pela Administração, foi o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, efetuamos a análise de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 – Recuperação Recuperável dos ativos, onde não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “impairment” sobre esses saldos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado no grupo de contas “Outras receitas (despesas) líquidas”.

Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso.

### 1.17 Ativo intangível

Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes:

#### (a) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

#### (b) Softwares

São registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas de gestão empresarial e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### (c) Ponto comercial

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

### 1.18 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas "UGC's" ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

### 1.19 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A Companhia calcula o ajuste a valor presente ("AVP") para as compras com prazo superior a 180 dias e, se existente, contabiliza como despesa financeira.

### 1.20 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da operação. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

### 1.21 Provisões



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável.

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos em andamento, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia (Nota 26) das demonstrações financeiras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação

### 1.22 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

#### (i) Correntes

(i) O Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social (“CSL”) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

#### (ii) Diferidos

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

### 1.23 Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

- (i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 26 das demonstrações financeiras.
- (iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### 1.24 Reconhecimento da receita de vendas

As receitas de vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, INSS e bonificações de clientes.

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador.

O direito legal, assim como os riscos e benefícios, é substancialmente transferido para o cliente, quando uma das modalidades dos termos de entrega for contratado:

- (i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;
- (ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente.

### 1.25 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (25%) é registrado como passivo na rubrica “dividendos a pagar” por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Caso a parcela dos dividendos seja superior ao dividendo mínimo obrigatório não é registrada como passivo, mas apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido.

### 1.26 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 641/10, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 aprovado pela deliberação CVM 604/09 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

### 1.27 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### 2 Política de gestão de risco

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

#### 2.1 Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta, apresentada na Nota 28.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

#### (b) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

#### (c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pré-fixadas em reais e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### 2.2 Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Contudo, em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui provisão para trazê-las ao seu valor provável de realização.

### 2.3 Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Até um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>	<b>Total</b>
Circulante					
Fornecedores	21.594	-	-	-	21.594
Empréstimos e financiamentos	126.028	2.541	1.812	3.625	134.006
Debêntures	2.693	-	-	-	2.693
	<b>150.315</b>	<b>2.541</b>	<b>1.812</b>	<b>3.625</b>	<b>158.293</b>

(i) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas nos contratos firmados.

### Dividendos propostos e destinação do resultado

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação:

- (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;
- (ii) De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

### Considerações sobre as Principais Contas do Ativo

#### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	48	86	67	86
Bancos conta movimento	1.229	1.991	5.793	3.383
Aplicações financeiras	4.895	7.389	4.901	7.389
	<b>6.172</b>	<b>9.466</b>	<b>10.761</b>	<b>10.858</b>

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros.

#### CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber no Brasil	51.877	47.975	63.961	65.419
Contas a receber no Exterior	1.729	1.248	1.812	2.540
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.883)	(5.218)	(9.775)	(7.304)
	<b>45.723</b>	<b>44.005</b>	<b>55.998</b>	<b>60.655</b>
Partes Relacionadas ( Nota 13)	-	6.758	-	-
	<b>45.723</b>	<b>50.763</b>	<b>55.998</b>	<b>60.655</b>

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber, conforme mencionado no item 1.12.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

A composição do saldo das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	2.038	1.513	2.915	2.543
De 31 a 180 dias	2.840	2.579	3.933	4.465
A partir de 180 dias	6.366	4.593	7.112	5.155
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.883)	(5.218)	(9.775)	(7.304)
<b>Total dos títulos vencidos - terceiros</b>	<b>3.361</b>	<b>3.467</b>	<b>4.185</b>	<b>4.859</b>
Títulos a vencer - terceiros	42.362	40.538	51.813	55.796
<b>Total da carteira de clientes - terceiros</b>	<b>45.723</b>	<b>44.005</b>	<b>55.998</b>	<b>60.655</b>
Partes relacionadas (nota 13)	-	6.758	-	-
<b>Total da carteira de clientes - terceiros</b>	<b>45.723</b>	<b>50.763</b>	<b>55.998</b>	<b>60.655</b>

**ESTOQUES**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Produtos acabados	19.678	20.343	34.551	36.182
Importação em andamento	1.702	1.651	1.702	1.651
Produtos em elaboração	2.501	1.685	2.501	1.685
Matérias-primas	6.819	6.734	11.382	10.067
Matérias-primas em trânsito	96	815	8.198	2.408
	<b>30.796</b>	<b>31.228</b>	<b>58.334</b>	<b>51.993</b>

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2. Resultado Operacional e Financeiro

#### a) resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Cambuci é composta pelas vendas no mercado interno, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações na América do Sul, além das exportações. A Cambuci goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2016 foi de R\$ 18.868 mil. Em 2015, a subvenção foi de R\$ 20.017 mil.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A evolução do cenário econômico de 2016 não foi muito diferente de 2015. O ambiente macroeconômico continuou exercendo forte efeito negativo sobre os resultados da Companhia. Os principais indicadores confirmam retração em praticamente todos os setores da economia. A conjuntura atual demonstra que o consumo das famílias continua em baixa, a inflação acima do teto da meta fixada do governo, piora nas taxas de renda e desemprego, juros elevados e os empresários cortando investimentos por falta de estímulos na demanda. Completamos o segundo ano de recessão, situação inédita desde o biênio de 1930-31.

Em meio a este cenário, a Companhia direcionou seus esforços para crescimento e a recuperação das margens operacionais, com o lançamento em março de uma nova linha de produtos, com destaque para a inovação, design e competitividade, que se destacam por ter uma excelente relação custo/benefício.

Com a desvalorização do real frente ao dólar, a empresa reduziu as importações e aumentou sua produção local. Esse movimento contribuiu para a redução na margem bruta no primeiro semestre, em função do aumento nas despesas de fabricação e reposicionamento dos volumes de produção, fatores que foram equalizados no semestre seguinte.

#### b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

A Receita líquida caiu 3,3% sobre o ano anterior, impactada principalmente pela diminuição das vendas no segmento de clubes que ficou 78% abaixo na comparação, além do impacto do fraco desempenho da economia no varejo que ainda não apresentou uma recuperação no trimestre.

#### c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor;

A inflação tem impacto nos negócios da Cambuci, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos e mantidos

## **10.2 - Resultado operacional e financeiro**

pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.



**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

**10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

**c) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****10.4. Comentários dos diretores sobre:****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Vide nota explicativa 6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

**b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer dos Auditores Independentes não contém ressalvas e nem ênfases.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Companhia fez estimativas relativas a diversos assuntos. Alguns desses assuntos são altamente imprevisíveis, fazendo com que estas estimativas dependam de opiniões formuladas com base nas informações disponíveis.

Há muitas áreas nas quais estimativas são utilizadas para situações imprevisíveis, mas o efeito provável da alteração ou substituição das estimativas não é relevante para as demonstrações financeiras. Veja as notas explicativas às demonstrações financeiras, para discussão mais detalhada da aplicação destas e de outras políticas contábeis.

### **Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**

#### **Estimativas e julgamentos críticos**

Estimativas e julgamentos críticos são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir:

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (Nota 18.2), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 26), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Vida útil de ativos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão operacional das fábricas. As vidas úteis estabelecidas inicialmente são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem o parque fabril da Companhia são as condições operacionais das máquinas e equipamentos, o tempo hora de operação, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

### Provisões e passivos contingentes

A Administração da Cambuci, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

**Perda provável** – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde a 100% do valor atualizado da causa.
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa.

**Perda possível** – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 26).

**Perda remota** – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte:

- (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar

## **10.5 - Políticas contábeis críticas**

envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal e o Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

## **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**10.6 A administração deve descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet times), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contrato de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, a Administração deve comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável.

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.**

Não aplicável.

## 10.8 - Plano de Negócios

**10.8 A Administração deve indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) Investimentos, incluindo:**

**(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

A Cambuci continua investindo na sua expansão internacional através de suas subsidiárias no Chile e Argentina.

**(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

A empresa pretende utilizar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Não aplicável.

**c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

O portfólio de produtos das marcas da Cambuci apresentado em 2016 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de design e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a bureaus globais. Cerca de 2% do faturamento líquido é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos Penalty e Stadium.

Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio:

- **Linha Max de Futsal** – linha profissional de futsal que oferece a melhor articulação, domínio e ventilação para diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem da melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios.

- **Linha S11 de Futebol de Campo** – linha profissional de futebol de campo e society, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro e espanhol. Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios.



## 10.8 - Plano de Negócios

- **Meião Kanguru** – produto único no segmento de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.

- **Bola Oficial de Vôlei Pró 7.0** – Exclusiva bola matrizada de 16 gomos certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.

- **Sistema d-Tech** – desenvolvido para orientação e auxílio na evolução do vôlei, que detecta com precisão e em tempo real as informações se a bola foi dentro ou fora da quadra, bem como, a velocidade atingida no solo.

- **Tecnologia Celeron** – projetado com o objetivo de atender as características do futebol brasileiro e de profissionais globais. O solado Celeron é extremamente leve, flexível e resistente. Ideal para jogadores que buscam velocidade, explosão de arranque e segurança de tração.

- **Tecnologia Tervis** – para garantir um melhor contato entre o pé do jogador e a bola, o exclusivo laminado Tervis foi desenvolvido com uma microfibras altamente resistente e macia, para estender os limites do jogador e fazer a diferença em campo.

- **Tecnologia Termotec** – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, proporciona 0% absorção de água, menos deformação, mais durabilidade, precisão, maciez e rapidez. Agora Também presente nas chuteiras da linha profissional S11 e Max Viento , através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.

- **Tecnologia Polipró** – meiãoes mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.

- **Anatomic System / Luvas** – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle da bola.

- **NEOGEO / Bolas** – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.

- **Kick Off** - A Penalty desenvolveu uma tecnologia exclusiva para as bolas de futebol society. A tecnologia Kick Off oferece mais precisão em passes e chutes, menos quique e melhor controle para o jogador.

## 10.8 - Plano de Negócios

- **Aracnum** – Presente em confecção, calçados e luvas, é uma tecnologia aplicada em regiões estratégicas dos produtos Penalty para garantir mais grip e aderência com a bola.

- **Double Action** - Tecnologia presente nas bombas Penalty, facilita o manuseio do produto, exigindo meio esforço ao inflar a bola. Reduz em 50% o esforço do consumidor.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

## **10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9 comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados e/ou comentados nos demais itens desta seção.

### **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

## **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### **12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:**

#### **a) atribuições de cada órgão e comitê**

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o nosso Estatuto Social.

#### *Conselho de Administração*

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por 6 (seis) membros tecnicamente qualificados, com experiência multidisciplinar em finanças, contabilidade, mercado de varejo, administração de empresas, direito e gestão de pessoas. O nosso Conselho de Administração é formado por uma maioria de membros independentes da administração da Companhia.

O nosso Conselho de Administração é autorizado a solicitar a contratação de especialistas externos para auxílio em suas decisões, quando considerar necessário.

O nosso Conselho de Administração atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução de seu objeto social e orientar a diretoria a fim de maximizar o retorno do investimento, agregando valor ao empreendimento. Essa atuação se dá, principalmente por meio da realização de reuniões periódicas.

Estatutariamente, as reuniões deveriam ser trimestrais, no entanto, desde 2001, nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até 2017.

O nosso Conselho de Administração elegerá entre seus membros um Presidente que convocará e presidirá suas reuniões, e um vice-presidente, que substituirá o

Presidente nos seus impedimentos ou ausências temporárias.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e aprovar o planejamento estratégico da companhia;

b) analisar relatórios consolidados da Diretoria;

c) aprovar os programas de expansão, de investimentos para manutenção do parque industrial e contratos de prestação de serviços, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados, acima de 10% do capital social, por operação;

**12.1 - Descrição da estrutura administrativa**

- d) aprovar investimentos que envolvam modernização e/ou mudança de tecnologia;
- e) aprovar a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;
- f) aprovar critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;
- g) eleger e destituir os Diretores da Companhia, e dar-lhes substitutos em caso de vacância;
- h) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

quaisquer outros atos;

i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

j) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;

k) escolher e destituir os auditores independentes previstos na forma da lei e do presente estatuto;

l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;

m) autorizar a emissão de ações, dentro do capital autorizado, e de títulos de crédito para distribuição pública;

n) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;

o) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

p) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo único do Artigo 5º deste Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;

q) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;

r) autorizar a criação de subsidiárias integrais; a participação em controladas, coligadas e joint ventures; a formação de consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior;

s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, operações acima de 10% do capital social, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante, bem como estabelecer, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;

t) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante;



## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;
- v) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- x) aprovar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia definindo a distribuição de responsabilidades e competências;
- z) Instituir e aprovar programas de trabalho de Auditoria Interna, quando julgar oportuno;
- aa) Aprovar programas de premiação e benefícios para Diretores e Gerentes diretamente subordinados a eles;
- ab) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinário não compreendido na competência privativa da Assembleia Geral e diretoria.

### *Conselho Fiscal*

O nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente, com as atribuições e os poderes conferidos pela legislação.

Nosso Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nosso Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa que elabora seus pareceres com base nos relatórios da auditoria independente da Companhia. O Conselho Fiscal ainda, apresenta documentos e pareceres à Assembleia Geral para subsidiar a aprovação das diversas matérias pelos acionistas da Companhia.

### *Diretoria*

Nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos, que recebem as seguintes designações: (a) um Diretor Presidente; e; (b) 1(um) a 6 (seis) Diretores Executivos adjuntos, todos com mandato unificado de 1 (um) ano.

Os cargos da Diretoria poderão, ou não, ser preenchidos, de acordo com os interesses da administração da Companhia, respeitado o número mínimo previsto em nosso Estatuto Social. Compete à Diretoria a direção dos negócios sociais em geral e a execução dos atos de administração, com as atribuições e os poderes conferidos por lei e pelo Estatuto Social.

Compete, ainda, à Diretoria:

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- a) representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) celebrar contratos de qualquer natureza, relacionados com os fins sociais, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prestar garantias de qualquer natureza, respeitados os limites e formas indicados neste Estatuto;
- c) constituir em nome da Companhia procuradores para a prática de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais;
- d) apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta da destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- e) abrir contas, fazer depósitos e movimentá-las em Bancos; emitir e endossar cheques e notas promissórias; emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio; endossar “Warrants”, conhecimentos de depósitos e conhecimentos de embarques;
- f) receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade, observadas as restrições legais e estatutárias; e
- g) praticar em geral todos os atos de gestão necessários à consecução dos fins sociais.

### **b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês;**

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente e não possuímos comitês estatutários instalados.

### **c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê;**

Não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

### **d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais;**

As atribuições dos nossos Diretores estão definidas no nosso Estatuto Social como segue:

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente: (a) dirigir e superintender os negócios sociais, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembleia Geral, respeitadas sempre as disposições legais e estatutárias; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração.

Diretores Executivos Adjuntos:

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete aos Diretores Executivos Adjuntos: (a) praticar os atos normais necessários ao regular funcionamento da sociedade; (b) exercer as funções específicas que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração, que poderá, inclusive, atribuir denominações especiais para os respectivos cargos; e (c) colaborar com os Diretores Presidente e Superintendente no exercício de suas funções.

### **e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.**

O Conselho de Administração realiza anualmente uma avaliação formal de desempenho da Diretoria Executiva, inclusive do executivo principal, na qual são analisados aspectos como qualidade da gestão, liderança, posicionamento da empresa e outros.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### **12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:**

#### **a) prazos de convocação**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, as nossas Assembleias Gerais serão convocadas mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação, que, no caso da Companhia, é o Valor Econômico ou Jornal da Tarde do Estado de São Paulo. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

#### **b) competências**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e conselheiros fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (vii) autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- (viii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e
- (ix) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.

#### **c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Os documentos físicos estarão disponíveis na sede da Companhia, na Av. Pedroso de Moraes, 1553, 3º Andar, Pinheiros, na cidade e Estado de São Paulo e os documentos eletrônicos no endereço eletrônico de relações com investidores da Companhia [www.cambuci.com.br/investidores](http://www.cambuci.com.br/investidores), e no endereço eletrônico da CVM na rede mundial de computadores [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e no endereço eletrônico da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

#### **d) identificação e administração de conflitos de interesses:**

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia da Assembleia Geral, referido acionista está vedado de proferir o seu voto. Não possuímos mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada, conforme necessário.

**12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**

A deliberação tomada em decorrência de voto de acionistas que tenha interesse conflitante com a Companhia é anulável, respondendo referido acionista pelos danos causados à Companhia.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Caso esse acionista tenha auferido vantagem indevida em decorrência de voto proferido em conflito de interesse, deverá transferir tal vantagem à Companhia.

### **e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A administração da Companhia nunca solicitou procurações aos acionistas para o exercício do direito de voto.

### **f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Não adotamos formalidades especiais para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, além das estabelecidas na legislação aplicável.

### **g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:**

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

### **h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias**

Não adotamos, como regra, a transmissão ao vivo de vídeo e/ou áudio das assembleias.

### **i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:**

Não adotamos uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas Assembleias Gerais.

## 12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

### a) frequência das reuniões

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, acionista ou não, residentes no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente nosso Conselho de Administração é composto por 6 membros tecnicamente qualificados, com experiência multidisciplinar em finanças, contabilidade, mercado de varejo, administração de empresas, direito e gestão de pessoas.

O nosso Conselho de Administração reúne-se ordinariamente, quatro vezes por ano, a cada três meses e, extraordinariamente sempre que necessário, por solicitação de seu Presidente ou da maioria de seus membros em exercício, com antecedência mínima de 3 (três) dias. No entanto, desde 2001 o nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até 2017.

### b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordos de acionistas atualmente vigentes, de forma que não há disposições acerca de qualquer restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração.

### c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Adotamos as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações, sendo que não possuímos regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses.

#### **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Não há cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem no nosso Estatuto Social.



**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Cesar Alberto Ferreira		Pertence apenas à Diretoria	04/01/2016	1 ano	0
360.666.051-00	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	04/01/2016	Sim	0%
Diretor Presidente					
Manuel Roberto Bravo Caldeira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano	0
029.428.328-51	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2014	Não	0%
Eduardo Estefano Filho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano	0
067.527.138-04	Engenheiro Textil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
ROBERTO ESTEFANO		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/01/2016	1 ano	0
067.524.468-49	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/01/2016	Sim	0%
Diretor de Relações com Investidores.					
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto		Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano	0
026.230.088-50	Adminstrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Roberto Massayuki Hara		Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano	0
860.121.858-04	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Mário Alberto de Lima Reis Coutinho		Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano	0
491.893.018-20	Engenheiro Textil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Cesar Alberto Ferreira - 360.666.051-00

Iniciou na carreira como vendedor de tecidos aos 13 anos de idade, trabalhou na instituição Banco Itaú por 5 anos nas áreas contábil e financeira até 21 anos de idade. Iniciou no Grupo Alemão Wurth em março 1987 onde atuou nas áreas de Vendas, marketing , Produtos , chegando ao Posto de CEO em Jan/1997 , cargo ocupado por 18 anos até Abril/2015. Pesquisas de mercado em empresas do Grupo Wurth na Alemanha, Itália ,Espanha , Franca e Finlândia visando trazer novos negócios para o Brasil, como Energia Solar e indústria química . Liderou projeto de entrada em novos mercados, abrindo 4 novas divisões no Brasil , responsável pelo projeto de aquisição de 2 empresas no Brasil para o grupo no período de 2003 a 2008 , participou do processo de fundação e formação de equipes Wurth na América Latina e Central ( Argentina, Uruguai ,Colômbia, Chile, Panamá , México ,Republica dominicana ,Peru ) . Liderou projeto de multiplicação agressiva , dobrando a empresa 2 vezes num período de 6 anos , atingindo 1800 colaboradores sendo 1400 em vendas com faturamento anual de 350 milhões em Dez/2014.

---

Manuel Roberto Bravo Caldeira - 029.428.328-51

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela FGV.

Experiência profissional: iniciou sua carreira no Banco Finasa de Investimentos, na função de gerente de análise. Em seguida, trabalhou no Banco Francês e Brasileiro como diretor de investimentos, sendo responsável pela montagem e gestão do departamento de mercado de capitais. Foi eleito em 1994 o melhor administrador de fundos pela revista Exame. Posteriormente foi sócio da Linear Investimentos, onde captou cerca de US\$ 200 milhões no prazo de 6 meses para o fundo por ele gerido. Prosseguiu sua carreira como consultor de gestão profissionalizada de empresas no ramo de alimentação, agropecuário, usinas de açúcar e investimentos. Atualmente é sócio proprietário da Iguana Investimentos Ltda. e membro do Conselho de Administração da Cambuci S/A.

---

Eduardo Estefano Filho - 067.527.138-04

Formação acadêmica: Engenharia Mecânica Industrial Textil pela FEI, Pós Graduação em Administração pela GV.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou o cargo de diretor Superintendente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cambuci. É Membro da AISAM – Associação das Indústrias de São Roque, Araçatiguama, Alumínio e Mairinque.

---

ROBERTO ESTEFANO - 067.524.468-49

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Especialização em Marketing - Fundação Getúlio Vargas.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou o cargo de diretor presidente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é Diretor de Relação com Investidores da Cambuci. É Membro da Abriesp – Associação Brasileira da Indústria do Esporte. Foi presidente da ABIAE - Associação Brasileira de Industriais de Artigos de Esporte. Foi membro da MOVE – Associação Brasileira de Artigos Esportivos e do Board da World Federation Of The Sporting Goods Industry.

---

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50

Formação Acadêmica : Ciências Contábeis e Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUCAMP

Experiência Profissional : Iniciou sua carreira na Directa Auditores, empresa de prestação de serviços de auditoria externa, como estagiário da área de auditoria, na qual permaneceu até o momento como um de seus sócios.

---

Roberto Massayuki Hara - 860.121.858-04

Colaborador do Moinho Pacifico a 39 anos, vivenciou a transição do sistema de monopólio governamental do trigo ao de livre mercado. Atuou nas áreas de Recursos Humanos, Financeira, Tributária, Importação e Logística do abastecimento de trigo do Moinho Pacifico. Em 2013 estruturou e é responsável pelo departamento de serviços de recepção, armazenagem e logística de trigo para as trading companies Cargill, ADM, Bunge e moinhos do Estado de São Paulo atingindo a movimentação de 350.000 toneladas no primeiro ano de atividade

---

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho - 491.893.018-20

Formação Acadêmica: Engenheiro Industrial Mecânico Textil - Fac Engenharia Industrial - FEI - Engo Segurança do Trabalho - Fac Saúde Pública - USP

Experiência Profissional : Cia. Brasileira de Fiação ( Grupo Giorgi ) - Engenheiro de Produção, Textil - Cia Textil Tangará ( Grupo Giorgi ) - Diretor Industrial, Sudeste do Nordeste ( Grupo Giorgi ) - Diretor Industrial, Grupo Giorgi - Diretor de Compras Algodão, Metasul Corretora de Mercadorias - Procurador e Corretor de Algodão.

## **12.7/8 - Composição dos comitês**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há comite

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ROBERTO ESTEFANO	067.524.468-49	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação Com Investidores				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2016**Administrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

ERA SPORTS LTDA.

00.011.241/0001-36

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Indireta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Impar Sports Indústria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.

04.504.429/0001-77

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Cambuci Importadora Ltda.

00.734.109/0001-52

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b> <b>Cargo/Função</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Penalty Argentina S/A. Administrador	61.088.894/0001-08		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Impar Paraguay S/A. Administrador	61.088.894/0008-84		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Três Marias Incorporações e Construções Ltda. Socio Quotista e Administrador	50.918.622/0001-71		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> ROBERTO ESTEFANO Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação com Investidores		Controle	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Três Marias Incorporações e Construções Ltda.

50.918.622/0001-71

Socio Quotista

Observação**Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

ERA SPORTS LTDA.

00.011.241/0001-36

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Impar Sports Indústria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.

04.504.429/0001-77

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Cambuci Importadora Ltda.

00.734.109/0001-52

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Penalty Argentina S/A.	61.088.894/0001-08		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Impar Paraguay S/A.	61.088.894/0008-84		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Três Marias Incorporações e Construções Ltda.	50.918.622/0001-71		
Socio Quotista e Administrador			
<u>Observação</u>			



**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2014**Administrador do Emissor

ROBERTO ESTEFANO

Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação com Investidores

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Três Marias Incorporações e Construções Ltda.

50.918.622/0001-71

Socio Quotista

Observação

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

Não há quaisquer acordos, inclusive apólices de seguros para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

## 12.13 - Outras informações relevantes

### **CAMBUCI S/A**

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

C.N.P.J. Nº 61.088.894/0001-08

NIRE n. 35300057163

### **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2017**

#### **I - DIA, HORA E LOCAL:**

Assembléia realizada às 10:00hs (dez horas) do dia 24 de abril de 2017, na sede administrativa, na Av. Getulio Vargas, nº 930, Marmeleiro, São Roque /SP.

#### **II – Convocação:**

Editais de Convocação publicados nas edições dos dias 04, 05 e 06 de abril de 2017 do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do O Estado de S. Paulo, conforme disposto no artigo 124, inciso II da Lei nº 6.404/76.

#### **III – Publicações Legais:**

Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 publicados no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e no O Estado de S. Paulo, em sua edição do dia 24 de março de 2017.

#### **IV – Quorum:**

Presentes a totalidade de acionistas titulares de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal representativas de 100% do capital social com direito a voto e acionistas titulares de ações preferenciais emitidas pela Companhia, representativas de 61% capital social, conforme registros constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas.

#### **V – Presença Legal:**

Presentes o Sr. **Alexandre Ralf Slavic** representante da **SAX AUDITORES INDEPENDENTES**, representando os auditores independentes, o Sr. **Antonio Carlos Bonini dos Santos Pinto**, representando o Conselho Fiscal e o Sr. **Roberto Estefano**, representando os administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no parágrafo primeiro do artigo 134 da Lei nº. 6.404/76.

#### **VI - MESA:**

Presidente: Roberto Estefano

Secretária: Daniela Coutinho de Castro

#### **VII - ORDEM DO DIA:**

**Assembléia Geral Ordinária**

## 12.13 - Outras informações relevantes

1. **Exame, discussão e votação do relatório da Administração e Demonstrações Financeiras com pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, conforme proposta da administração;**
2. **Eleição dos membros do Conselho Fiscal, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária;**
3. **Fixação da Remuneração dos administradores da companhia;**
4. **Eleição dos membros do Conselho de Administração;**
5. **Destinação dos resultados do Exercício de 2016.**

### VIII - DELIBERAÇÕES ADOTADAS:

#### Em Questão de Ordem

Foi aprovada por unanimidade dos acionistas presentes a lavratura da ata sob a forma de sumário, e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos parágrafos 1º. e 2º. do artigo 130 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Após a apresentação das propostas e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e da Proposta do Conselho de Administração relativa à Assembleia Geral Ordinária, foram tomadas as seguintes deliberações:

1. Foram lidos, discutidos e aprovados, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

2. A mesa propôs aos Senhores Acionistas a eleição dos membros do Conselho Fiscal, que novamente será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos com prazo de mandato até a próxima assembleia geral ordinária. Os acionistas presentes procederam, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, a eleição dos membros do Conselho Fiscal conforme estabelecido em lei.

Os acionistas controladores elegeram como membros efetivos do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes os Srs.

- (i) **Mário Alberto de Lima Reis Coutinho**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua Araguari, 679 – Apto. 13 – São Paulo – SP, RG nº 6.252.106 e CPF nº 491.893.018-20 e respectivo suplente,
- (ii) **José Roberto Pereira Rios**, brasileiro, casado, administrador de empresa e contador, residente à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 137 – São Roque – SP, RG nº 5.544.637 e CPF nº 555.992.578-00
- (iii) **Antonio Carlos Bonini Santos Pinto**, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Av. Paulista, nº 37, 1º andar, Paraíso, São Paulo-SP, RG nº 7.615.443-9 e CPF nº 026.230.088-50 e respectivo suplente,

### 12.13 - Outras informações relevantes

- (iv) **Clovis Ailton Madeira**, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Av. Paulista, nº 37, 1º andar, Paraíso, São Paulo-SP, RG nº 4.313.404-X – SSP/SP e CPF nº 253.599.328-72.

Os acionistas detentores de ações preferenciais elegeram como membro efetivo do Conselho Fiscal o Sr:

- (v) **Roberto Massayuki Hara**, brasileiro, casado, economista, domiciliado na Rua Euclides Pacheco, 1679 - Apto 61, Tatuapé, São Paulo/SP, RG 9.029.221-2 SSP/SP, e CPF nº 860.121.858-04, e respectivo suplente,
- (vi) **Sergio Renato Escatolin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Colombia, 578, Jardim América, São Paulo/SP, RG nº 25.848.706-9, e CPF nº 183.679.998-51.

2.1. A remuneração do Conselho Fiscal ficou estabelecida no limite mínimo previsto no parágrafo 3º, do artigo 162, da Lei nº 6.404/76.

3. Por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, fixa-se o montante global dos honorários dos administradores em até **R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) anual**, distribuídos pela Cambuci S.A., até a próxima assembleia geral ordinária, ficando autorizado o Sr. Diretor Presidente a promover reajustes em percentuais iguais aos índices oficiais de inflação, bem como distribuir a referida verba entre os senhores diretores.

4. Por unanimidade de votos dos acionistas presentes, foi aprovada a eleição de 03 (três) membros para o Conselho de Administração da Companhia, todos com prazo de mandato até a próxima assembleia geral ordinária, permitindo a eleição, a saber:

**Eleitos pelo acionista controlador:**

- a) **Eduardo Estefano Filho**, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Rua Pedroso de Moraes, 1553 – 3º. andar – Pinheiros – SP/SP, portador da CIRG nº 3.012.239 SSP/SP e CPF nº 067.527.138-04;
- b) **Roberto Estefano**, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Rua Pedroso de Moraes, 1553 – 3º. andar – Pinheiros – SP/SP, portador da CIRG nº 1.447.416-5 SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49;

**Eleito pelos acionistas minoritários, detentores de ações ordinárias:**

- a) **Manuel Roberto Bravo Caldeira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Tucumã, 217 apto 141 – Jardim Europa - CEP 01455-010 - São Paulo-SP, portador do CIRG n. 4.113.785 e CPF/MF sob o n. 029.428.328-51 e,

Na oportunidade, restou comprovado pelos Conselheiros eleitos, para ambos os conselhos, o preenchimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº. 6.404/76 e na

## 12.13 - Outras informações relevantes

Instrução Normativa expedida pela Comissão de Valores Mobiliários nº 367, de 29 de maio de 2002.

Os currículos dos Conselheiros ora eleitos, para ambos os conselhos, foram apresentados à Assembleia Geral, nos termos do disposto no parágrafo 2º do Artigo 3º da Instrução CVM nº 367/02.

Os conselheiros de administração serão investidos nos cargos para os quais foram eleitos mediante assinatura dos respectivos termos de posse no livro próprio, oportunidade em que serão definidos na próxima reunião do conselho de administração os respectivos cargos e que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei.

Por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, tendo em vista que o prejuízo Líquido da Companhia no exercício social findo em 31.12.2016 foi no montante de R\$ 33.388 (valores expressos em milhares de reais) e prejuízo acumulado no montante de R\$ 70.920 (valores expressos em milhares de reais), não serão distribuídos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2016.

### IX - DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:

Ficam arquivados na sede social da Companhia, em atenção e na forma do disposto no Art. 130, §1º, alínea “a”, da Lei 6.404/76, os seguintes documentos:

- Procuração de Voto das acionistas **Mara Eliana Carletti Estefano**, entregue à Mesa pelo seu representante nesta Assembléia, procurador **Sr. Roberto Estefano**.

- Procuração de Voto das acionistas **Maria Aparecida Calderan Estefano e Paduca Administração E Participações Ltda**, entregue à Mesa pelo seu representante nesta Assembléia, procurador **Sr. Eduardo Estefano Filho**.

- Procuração de Voto dos acionistas **Sueli Vizintas Estefano, Renato Vizintas Estefano, Juliana Vizintas Estefano e Sérgio Vizintas Estefano**, entregues à Mesa pelo seu representante nesta Assembléia, procurador **Sr. Manuel Roberto Bravo Caldeira**.

- Procuração dos acionistas **Rivale Representações Ltda**, entregues à Mesa pelo seu representante nesta Assembléia, procurador **Sr. Roberto Massayuki Hara**.

### X – ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a assembleia

**12.13 - Outras informações relevantes**

para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os acionistas presentes, por mim, Secretária, e pelo Senhor Presidente.

A.A. **Roberto Estefano; Roma Consultoria e Assessoria Ltda**, representada por seu representante legal Sr. Roberto Estefano; **Mara Eliana Carletti Estefano** representada por procuração pelo **Sr. Roberto Estefano; Maria Aparecida Calderan Estefano e Paduca Administração E Participações Ltda**, representada por procuração pelo Sr. Eduardo Estefano Filho; **Eduardo Estefano Filho; Três Marias Incorporações e Construções Ltda**, representada por seu representante legal Sr. Eduardo Estefano Filho; **Sueli Vizintas Estefano, Sérgio Vizintas Estefano, Juliana Vizintas Estefano e Renato Vizintas Estefano** todos representados por procuração pelo **Sr. Manuel Roberto Bravo Caldeira; Rivale Representações Ltda**, representada por procuração pelo **Sr. Roberto Massayuki Hara; Manuel Roberto Bravo Caldeira e; BRZ Small Cap FI de Ações**.

A presente é cópia fiel extraída do livro de Atas da Cambuci S.A. – a.a. Roberto Estefano – Presidente da Mesa; Daniela Coutinho de Castro – Secretária.

**São Paulo, 24 de abril de 2017.**

\_\_\_\_\_  
ROBERTO ESTEFANO  
Presidente

\_\_\_\_\_  
DANIELA COUTINHO DE CASTRO  
Secretária - OAB/SP 151.840

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

***Descrição da política ou prática de remuneração inclusive da diretoria não estatutária:***

***13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:***

#### **a) objetivos da política ou prática de remuneração**

Nossa política de remuneração para nossos diretores estatutários e membros do nosso Conselho de Administração tem como objetivo atração e retenção dos melhores talentos, que estejam engajados na continuidade e expansão dos nossos negócios.

Acreditamos que uma administração profissional composta por executivos de alto nível apresenta um diferencial competitivo que impacta positivamente no retorno dos nossos negócios.

#### **b) composição da remuneração, inclusive:**

##### **(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles Conselho de Administração**

Os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus apenas a honorários fixos, independente do número de convocações. Em razão da nossa situação financeira, os membros do nosso Conselho de Administração renunciaram aos seus honorários fixos nos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

##### **Diretoria Estatutária**

Os membros da nossa Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa e uma remuneração variável através de bônus anual, além de benefícios indiretos.

##### **Conselho Fiscal**

Os membros efetivos de nosso do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração fixa mensal, para cada membro em exercício, correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração dos nossos diretores estatutários, não computados os benefícios e outras verbas de representação e participação nos lucros, conforme previsto no art. 162, § 3º, da Lei das S.A..O montante anual da remuneração do Conselho Fiscal é aprovado em Assembleia Geral, previamente à efetiva distribuição.

Os membros do Conselho Fiscal, ainda, recebem reembolso das despesas de locomoção e de estadia necessárias ao desempenho da função.

##### **Comitês**

Não possuímos Comitês instalados.



## **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

### **(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

#### **Diretoria Estatutária**

75% (cinquenta por cento) da remuneração da nossa Diretoria Estatutária corresponde aos honorários fixos e mensais, 20% (vinte e cinco por cento) ao bônus anual e 5% (vinte e cinco por cento) aos benefícios indiretos.

#### **Conselho de Administração e Conselho Fiscal**

100% (cem por cento) da remuneração dos membros efetivos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal correspondem aos honorários fixos mensais a que fazem jus.

### **(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

#### **Diretoria Estatutária**

Para definição dos valores de remuneração, correção salarial e benefícios pagos por nós à nossa Diretoria Estatutária utilizamos os índices divulgados pelos órgãos oficiais e os índices de *performance* individuais.

Os valores de remuneração pagos à Diretoria Estatutária são definidos anualmente em Assembleia Geral utilizando-se critérios de mercado compatíveis com a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração é paga entre os membros da Diretoria nas proporções determinadas pelo Conselho de Administração em reunião própria.

Individualmente, os valores de remuneração pagos aos diretores estatutários são comparados periodicamente com o mercado por meio de pesquisas, tendo como referência pesquisas realizadas pela consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda., (especializada em remuneração) e pelo IBGC sobre a remuneração dos administradores, além de informações coletadas em jornais e revistas especializadas em negócios e, visando avaliar sua competitividade e, eventualmente, a necessidade de reajustes em razão de algum dos componentes da remuneração, além do desempenho desses executivos em suas respectivas áreas de responsabilidade.

#### **Conselhos de Administração e Fiscal**

Para a definição dos valores de remuneração dos membros efetivos do nosso Conselho de Administração, o cálculo e reajustes estão atrelados às práticas de mercado e, para os membros do Conselho Fiscal, respeitamos os limites mínimos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

### **(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

A composição da remuneração visa o recrutamento e a retenção de profissionais qualificados e adequados às nossas necessidades, interessados no aumento da nossa lucratividade. A remuneração da nossa Diretoria Estatutária está vinculada à obtenção de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores e dos acionistas.

#### **c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Para a determinação da parcela da remuneração fixa dos executivos da Companhia são utilizados os dados obtidos mediante a realização anual de pesquisa salarial, conforme descrito no item 13.1 (iii) deste Formulário de Referência.

Para a determinação do incentivo de curto prazo, a Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas, vinculadas: (i) aos indicadores de desempenho financeiros da Companhia; e (ii) aos indicadores de *performance* coletiva e individual. Ambos os indicadores podem variar anualmente, sendo que os principais indicadores financeiros são:

- a geração operacional de caixa,
- a geração de LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), e
- a geração de determinada receita líquida no ano.

Para a composição dos indicadores de *performance* coletiva e individual, são levados em conta indicadores operacionais (tais como EBTIDA, ROL, Estoque, Despesas, Entrega, Custos, entre outros), sociais (tais como Liderança, Comunicação, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, entre outros) e ambientais (tais como redução do consumo de recursos naturais) em conformidade com o cargo ocupado.

#### **d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidos os indicadores de desempenho financeiro da Companhia e de *performance* coletiva e individual, que servem de base para fins de cálculo da parcela da remuneração variável dos nossos Diretores Executivos.

#### **e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo**

O formato da nossa remuneração acima descrito procura incentivar os nossos administradores a buscar a melhor rentabilidade para os nossos negócios, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os nossos.

Mediante a utilização de indicadores de desempenho financeiro e de *performance* coletivo e individual, a nossa política de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia. Os indicadores de desempenho financeiro escolhidos para determinar os níveis de remuneração da nossa Diretoria Estatutária são os mesmos que definem os níveis de remuneração dos próprios acionistas assegurando, assim, alinhamento entre os interesses das partes.

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Não há.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Não há.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados		0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto		0,00	0,00	0,00
Participações em comitês		0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00	0,00	0,00
Participação de resultados		0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões		0,00	0,00	0,00
Comissões		0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>		0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração		2.380.973,88	101.268,00	2.482.241,88

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados		0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		3.058.678,21	111.059,60	3.169.737,81

Benefícios direto e indireto		59.493,07	0,00	59.493,07
Participações em comitês		0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00	0,00	0,00
Participação de resultados		0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões		0,00	0,00	0,00
Comissões		0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>		0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração		3.118.171,28	111.059,60	3.229.230,88

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

**13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

A nossa política de remuneração não contempla programas de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A tabela a seguir corresponde à remuneração variável da nossa Diretoria Estatutária, a título de bônus:

Ano	Número de membros	Bônus – valor mínimo	Bônus – valor máximo	Bônus – valor previsto	Bônus – valor efetivamente pago
2011	5,7	R\$ 8.071,39	R\$ 61.826,86	R\$ 34.949,12	-
2012	6	R\$ 21.228,99	R\$ 127.374,00	R\$ 74.301,58	-
2013	6	R\$ 19.136,41	R\$ 114.818,47	R\$ 57.409,23	-
2014	5	R\$ 125.492,94	R\$ 250.985,87	R\$ 125.492,94	-
2015	5	R\$ 121.212,86	R\$ 727.277,18	R\$ 363.638,59	-
2016	4	R\$ 180.488,97	R\$ 1.082.933,82	R\$ 541.466,91	-
2017	4	R\$ 211.167,31	R\$ 633.501,92	R\$ 316.750,96	-

(1) O número de membros da Diretoria apresentado na tabela acima corresponde à média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, para cada exercício social encerrado em 31 de dezembro dos anos indicados.

(2) Os membros do nosso Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

(3) Os membros da Diretoria não fizeram jus a bônus nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 em razão do não atendimento dos indicadores de desempenho considerados para a determinação de cada um dos elementos da remuneração, conforme descrito no item 13.1 (c) deste Formulário de Referência.

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária****a) termos e condições gerais**

Não aplicável.

**b) principais objetivos do plano**

Não aplicável.

**c) forma como plano contribui para esses objetivos**

Não aplicável.

**d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

Não aplicável.

**e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

Não aplicável.

**f) número máximo de ações abrangidas**

Não aplicável.

**g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável.

**h) condições de aquisição de ações**

Não aplicável.

**i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Não aplicável.

**j) critérios para fixação do prazo de exercício**

Não aplicável.

**k) forma de liquidação**

Não aplicável.

**l) restrições às transferências das ações**

Não aplicável.

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

**m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Não aplicável.

**n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável.



### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Empresa	Conselho administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Cambuci SA	6.997.332	8.016.516	-	362.464	-	-
Era Sports artigos esportivos Ltda.	2	-	-	-	-	-
Impar Sports	20.000	-	-	-	-	-
Impar Paraguay S.a	1	-	-	-	-	-
Cambuci Importadora Ltda*	2	-	-	-	-	-
Três Marias Inc. e Const.Ltda	2.337.432	-	-	-	-	-

\*Empresa por Cota

(1) Para não haver duplicidade, nos casos, em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas na diretoria.

**13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Não aplicável.

**13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável.

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável.

**13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão****a) modelo de precificação**

Não aplicável.

**b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Não aplicável.

**c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado**

Não aplicável.

**d) forma de determinação da volatilidade esperada**

Não aplicável.

**e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

Estando Vinculados exclusivamente a Previdência Social do Governo Federal

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	4,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	0,00	3,00	3,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	906.832,70	2.380.973,88	670.093,93	37.596,00	101.268,00	34.585,80
Valor da menor remuneração(Reais)	218.426,66	0,00	87.750,00	37.596,00	0,00	14.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	631.014,02	0,00	305.697,64	37.596,00	0,00	27.764,90

**Observação**

Diretoria Estatutária	
31/12/2016	Os membros do conselho de Administracao renunciaram a remuneracao a que faria jus
Conselho Fiscal	

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não aplicável.



**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Não aplicavel.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não há valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e de nosso Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais, como remuneração, por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não há valores reconhecidos no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração ou de nossos diretores estatutários nos últimos 3 exercícios sociais.

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## 14.1 - Descrição dos recursos humanos

**14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:**

**a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)**

Em 31 de dezembro de 2016, o nosso quadro de colaboradores era composto por cerca de 2388 empregados diretos.

<b>FUNÇÕES</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
DIRETA ( OPERACIONAL )	1919	1459	1582	1593	1645	1855
ADMINISTRATIVO ( Excluído CONSELHO/ESTAGIARIOS )	440	465	494	455	525	537
GERENCIAL	29	24	21	30	40	38
	<b>2388</b>	<b>1948</b>	<b>2097</b>	<b>2078</b>	<b>2210</b>	<b>2430</b>

A tabela abaixo apresenta nosso quadro de colaboradores por localização geográfica de nossos complexos industriais, nos períodos indicados

<b>REGIOES</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
PARAIBA	997	853	926	896	840	1055
BAHIA	1256	971	974	944	1122	1128
SÃO PAULO	135	124	197	238	248	247
	<b>2388</b>	<b>1948</b>	<b>2097</b>	<b>2078</b>	<b>2210</b>	<b>2430</b>

**b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)**

Nossos quadros de terceirizados, distribuídos por atividade desempenhada em nossas localizações, nos períodos indicados, eram compostos conforme apresentado na tabela abaixo:

<b>TERCEIROS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
	43	43	47	47	47	64

### Anexo 14.1

**c) índice de rotatividade**

O índice de rotatividade da Companhia foi de aproximadamente

**14.1 - Descrição dos recursos humanos**

42,90%, 34,21%, 31,26%,29,66%, 23,54% e 27,64% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 respectivamente

**d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas**

Atualmente terceirizamos uma parcela mínima de nossa mão-de-obra Respondemos, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para nosso atendimento. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

Não há alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

### 14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

#### a) política de salários e remuneração variável

Nossa atual Política de Administração de Cargos e Salários (“Política”) tem por objetivo reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos nossos funcionários. O desenvolvimento técnico-profissional do funcionário e sua contribuição efetiva para os nossos resultados serão os indicadores utilizados para esse reconhecimento.

A administração de cargos e salários será feita considerando:

- (i) a relatividade interna: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função;
- (ii) a situação de mercado: os salários serão estabelecidos conforme os padrões de mercado para cargos com responsabilidades semelhantes;
- (iii) o equilíbrio orçamentário da Companhia: a política salarial levará em conta o desempenho da Companhia e seus resultados.

Nossa Política é aplicada segundo as seguintes premissas:

#### I - Normas e Procedimentos de Funcionamento do Sistema de Administração de Cargos e Salários

Os salários serão administrados dentro das faixas salariais de cada Classe de cargos. A determinação dos salários individuais será feita conforme as seguintes normas e procedimentos:

##### 1. Salário de Admissão

Todo funcionário deve ser admitido preferencialmente com salário no início da faixa salarial estabelecida para o seu cargo. Excepcionalmente, o salário de admissão pode ser estabelecido acima desse limite, em função do grau de qualificação e experiência exigidas do candidato, ou por contingência de mercado.

##### 2. Salário Para um Novo Cargo

Para se definir a faixa salarial de um novo cargo, este deverá passar pelo processo de Avaliação e Classificação, conduzido pela área de Recursos Humanos, com base nas atribuições do novo cargo.

##### 3. Alterações Salariais

O Sistema de Administração de Cargos e Salários prevê as seguintes situações que poderão gerar alterações salariais:

- Fim do período de experiência



## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Promoção Vertical (promoção para um cargo maior)
- Promoção Horizontal (aumento de salário por merecimento, no mesmo cargo)
- Transferência para outro cargo
- Ajustes de mercado
- Reclassificação do cargo

### 3.1. Salário Após o Período de Experiência

Em casos específicos, em que o funcionário tenha sido contratado com a condição de ter um reajuste após o período de experiência, o salário do funcionário será reajustado para o nível previamente acertado na contratação.

### 3.2. Promoção Vertical

Os aumentos por promoção vertical são concedidos aos funcionários que passam a ocupar cargos incluídos numa Classe superior à Classe atual do cargo, dentro da estrutura de cargos e salários.

A promoção vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários, seja decorrente de aumento de quadro, substituição devido à promoção, desligamento, transferência ou enquadramento.

Os candidatos a uma promoção vertical deverão passar por um processo de avaliação conduzido pela área de Recursos Humanos.

São duas as modalidades de promoção vertical:

#### 3.2.1. Promoção Vertical na Mesma Carreira Específica (de Operador de Máquina para Encarregado de Produção, por exemplo)

Ocorre quando há promoção na mesma área de atuação. O salário é alterado para se enquadrar a classe do novo cargo, o aumento deve se situar entre 10% e 20% do salário atual.

Após uma promoção vertical na mesma carreira específica, deverá ser observado um período mínimo de um ano, antes de nova promoção vertical.

#### 3.2.2. Promoção Vertical Com Mudança de Carreira Específica (de Auxiliar Financeiro para Auxiliar de Compras, por exemplo)

Numa promoção vertical com mudança de carreira, o aumento recomendado situa-se entre 10% e 20% do salário atual, observado o posicionamento na faixa do novo cargo e a relatividade interna.

O aumento, nesses casos, será efetivado 30 dias após a promoção.

Nesse período será avaliada a adaptação do funcionário ao novo cargo.

A promoção será efetivada com a aprovação da Gerência da área.

## **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

Caso o funcionário não se adapte ao novo cargo, a Gerência da área deverá comunicar com antecedência o fato à área de Recursos Humanos. Se for possível, o funcionário poderá retornar à sua área de origem ou ser transferido para uma função compatível com seu perfil profissional.

### **3.3. Promoção Horizontal (aumento por mérito)**

O aumento por promoção horizontal pode ser concedido ao funcionário que apresentar desempenho que o destaque significativamente dos demais ocupantes do mesmo cargo ou dentro de uma equipe de trabalho.

É uma alteração do salário do funcionário dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo.

Os aumentos decorrentes da promoção horizontal podem ser concedidos em qualquer mês do ano e devem se ajustar ao orçamento definido para essa finalidade. Um funcionário só pode receber nova promoção horizontal após o período mínimo de seis meses.

É recomendado analisar com cuidado cada promoção horizontal, visando a evitar a criação de problemas de relatividade interna posteriormente.

### **3.4. Transferência de cargo**

Ocorre uma transferência quando o funcionário passa a ocupar um cargo em outra área. Por exemplo, um Assistente que é transferido da área industrial para a área administrativa.

Uma transferência geralmente não significa que o funcionário receberá um aumento de salário.

Se a transferência for para um cargo de uma classe superior à classe do cargo atual, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção vertical.

Se a transferência for para um cargo da mesma classe, e for necessário um aumento de salário para um melhor posicionamento do salário do funcionário na faixa salarial, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção horizontal.

### **3.5. Reclassificação do cargo**

Ocorre um reajuste salarial por reclassificação quando um cargo recebe atribuições adicionais, de maior complexidade e responsabilidade e que exijam maior conhecimento do que as atribuições atuais, justificando uma reclassificação do cargo para uma classe mais alta na estrutura de cargos.

### **3.6. Ajustes de mercado**

São alterações salariais com o objetivo de alinhar o salário do cargo com os padrões de mercado, constatados por meio de pesquisa de remuneração realizada pela área de RH.

O ajuste de mercado pode ocorrer como consequência de um reajuste nas tabelas salariais para alinhamento com o mercado, ou apenas para alinhar os salários de determinados cargos.

## **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

### **4. Avaliação para promoção**

O funcionário indicado para uma promoção vertical ou horizontal deverá ser avaliado pelos seus superiores hierárquicos, conforme modelo padrão estabelecido pela área de RH para o cargo em questão, em itens relacionados com o desempenho e comportamento do funcionário nos últimos 12 meses. O processo de análise para efetivação da promoção só terá seguimento se o funcionário receber uma avaliação de seus superiores que justifique a promoção.

A avaliação será feita pelo superior imediato, no nível mínimo de Supervisor, com a revisão e aprovação pelo Coordenador e pelo Gerente da área.

### **5. Procedimentos para solicitação de uma promoção**

#### **5.1 Solicitação da Promoção (início do processo)**

O solicitante (no nível mínimo de Supervisor) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

#### **5.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante**

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Havendo concordância, instrui o solicitante a proceder à Avaliação do candidato à promoção. Não havendo concordância, comunica a solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

#### **5.3 Avaliação do funcionário**

O superior imediato do funcionário faz a avaliação prevista no item 4.1 destas Normas e Procedimentos de Administração de Cargos e Salários.

#### **5.4 Revisão da avaliação do funcionário**

O Gerente da área revisa e aprova a Avaliação feita pelo Solicitante. Se o resultado da revisão da avaliação for positivo, o Gerente envia a solicitação de promoção à área de Recursos Humanos para o prosseguimento das análises. Se o resultado da revisão da avaliação for desfavorável, o Gerente comunica o fato ao Coordenador ou Supervisor da área e encerra o processo.

#### **5.5 Análise pela área de Recursos Humanos**

A área de Recursos Humanos fará uma avaliação para verificação do potencial do funcionário e suas possibilidades de sucesso no novo cargo. Após essa avaliação, a área de Recursos Humanos encaminhará o processo para deliberação da Diretoria.

#### **5.6 Aprovação da Diretoria**

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo ao Gerente e Coordenador da área interessada.

## **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

### **5.7 Efetivação da promoção**

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

## **6. Procedimentos para solicitação de uma transferência**

### **6.1 Solicitação da Transferência (início do processo)**

O solicitante (no nível mínimo de Supervisor) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

### **6.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante**

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Se o superior imediato do solicitante concordar, encaminha o processo ao Gerente da área em que o funcionário trabalha, para liberação do funcionário e continuidade do processo. Se o superior imediato do solicitante não concordar, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

### **6.3 Aprovação pelo atual Gerente da área em que o funcionário trabalha**

O Gerente da área em que o funcionário trabalha deverá manifestar sua concordância ou não com a solicitação de transferência. Havendo concordância, informa ao solicitante, que poderá solicitar à área de Recursos Humanos para dar seguimento ao processo. Não havendo concordância, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

### **6.4 Avaliação pela área de Recursos Humanos**

A área de Recursos Humanos procederá a uma avaliação do funcionário e das possibilidades de sua adaptação ao novo cargo. A seguir a área de recursos humanos submete o resultado da sua avaliação à deliberação da Diretoria.

### **6.5 Decisão da Diretoria**

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo aos Gerentes das áreas envolvidas.

### **6.6 Efetivação da transferência**

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

A data da transferência do funcionário para a nova área deverá ser definida de comum acordo entre os Gerentes das áreas envolvidas.

## **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

### **7. Procedimentos para solicitação de criação de uma nova vaga ou posto de trabalho (aumento de quadro)**

#### **7.2 Solicitação de criação da vaga (início do processo)**

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao Gerente da área para uma análise preliminar.

#### **7.3 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante**

O Gerente da área do solicitante manifesta sua concordância ou não com a criação da nova vaga. Havendo concordância do Gerente, este envia a solicitação para a área de Recursos Humanos para análise de viabilidade. Não havendo concordância, o Gerente comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

#### **7.4 Análise pela área de Recursos Humanos**

A área de RH faz uma análise do atual quadro de funcionários da área solicitante e agrega outras informações relacionadas. Verifica a viabilidade orçamentária. Envia o processo à Diretoria para aprovação final.

#### **7.5 Aprovação pela Diretoria**

O processo é submetido à aprovação da Diretoria. A decisão final da Diretoria é encaminhada à área de Recursos Humanos, que comunica ao Gerente da área a autorização para criação da vaga.

## **9. Orçamento para Promoções**

Anualmente, como parte do processo orçamentário, serão definidos orçamentos para as promoções previstas para cada área. Os aumentos salariais em função da efetivação das promoções verticais e horizontais devem ficar dentro do orçamento anual para essa finalidade. A efetivação das solicitações de promoção dependerá da disponibilidade de verba orçamentária específica. Nessa fase de análise do processo, a área de RH dará seu parecer para aprovação da Presidência e seguimento do processo.

## **10. Programa de Estagiários**

### **10.1. Regras de Funcionamento do Estágio**

O contrato será de no mínimo 6 meses, podendo ser renovado a cada 6 meses, enquanto o estagiário for estudante. O horário de estágio será fixado em horário diferente do horário de estudo do estagiário e conveniência da área. Quando o estagiário for funcionário, o

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

horário do estágio poderá coincidir com o seu horário de trabalho.

O estagiário que não tiver correspondendo às expectativas da área, terá seu contrato rescindido.

A Empresa poderá contratar o estagiário como funcionário, em cargo compatível com sua qualificação, quando o estudante concluir seu curso.

O estágio será supervisionado pelo gerente da área. A área de RH dará todo o suporte em termos de treinamento e acompanhamento à equipe de estagiários e *feedback* sobre o processo aos gerentes.

A Empresa concederá uma Bolsa de Aprendizagem para os candidatos externos.

### 10.2. Critérios de Recrutamento de Estagiários

O público-alvo para recrutamento de estagiários é constituído por:

a) Candidatos externos: estudantes que irão se formar em até dois anos e meio, no máximo, no caso de curso superior.

b) Candidatos internos: funcionários estudantes.

Os candidatos internos e externos passarão pelo mesmo processo seletivo. Serão indicados os que tiverem melhor potencial.

### 10.3. Valor da Bolsa de Aprendizagem

O valor da Bolsa de Aprendizagem será proporcional à carga horária do estagiário.

O estagiário terá como benefícios o vale transporte, seguro de vida e refeição (a depender de horário e local de trabalho).

A correção desses valores será feita quando houver alteração na Tabela Salarial.

## 11. Responsabilidades

### 11.1. Diretores

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas. Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos.
- Dar aprovação final a todas as alterações salariais, promoções e movimentações de pessoal propostas, bem como a criação de novos cargos ou vagas.
- Aprovar ajustes de mercado.
- Aprovar alterações nas Políticas de Administração de Cargos e Salários.
- Analisar casos especiais não previstos nestas Normas e Procedimentos, decidindo sobre a melhor solução.

### 11.2. Gerentes

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas.
- Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos em suas áreas.
- Controlar as propostas de promoções e alterações salariais, conforme

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

critérios estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.

- Analisar e dar parecer sobre as alterações salariais solicitadas pelos supervisores.
- Propor alterações salariais para funcionários de suas áreas quando necessário.
- Propor a criação de novos cargos ou vagas, conforme a necessidade.

#### **11.3. Área de Recursos Humanos**

- Acompanhar as regras estabelecidas e assessorar todas as áreas quanto à melhor forma de conduzir os processos e procedimentos estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.

## **II - Conceitos e Terminologia**

### **Descrição de Cargo**

É o relato, de forma organizada, das atividades e responsabilidades de cada cargo existente na empresa.

### **Avaliação de Cargos**

Processo de determinação da importância relativa de cada cargo dentro da estrutura organizacional, com base nos conhecimentos, complexidades e responsabilidades do cargo.

### **Classe**

Designa um grupo de cargos com avaliação semelhante, que possuem a mesma Faixa Salarial.

### **Estrutura Salarial**

É composta de Tabelas Salariais.

### **Faixa Salarial**

A Faixa Salarial define os valores dos salários de cada Classe.

### **Pesquisa Salarial**

É a coleta, tabulação e análise de salários praticados pelo mercado.

### **Salário Fixo**

Soma das parcelas fixas de natureza salarial pagas mensalmente, tais como: salário, ajuda para aluguel, etc.

### **Comissão**

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

Valores recebidos mensalmente, pela atividade de venda de produtos.

#### **Remuneração Variável**

Valor recebido em função do cumprimento de determinadas metas ou resultados, conforme definido em programa específico.

#### **Bônus**

Gratificação periódica ou esporádica, em função do desempenho ou contribuições únicas do funcionário para resultados.

#### **Prêmio**

Prêmio em mercadorias concedido pela obtenção de resultados específicos. Às vezes, o prêmio também denomina valores pagos em dinheiro, como no caso de campanhas de vendas.

#### **Remuneração Base**

É o salário fixo mensal.

#### **Enquadramento Salarial**

Elevação do salário do funcionário até um determinado nível da Faixa Salarial do seu cargo, observando uma avaliação do seu desempenho e desenvolvimento profissional.

#### **Política de Remuneração**

Conjunto de normas e critérios definidos pela empresa, para orientar sua administração salarial.

#### **Promoção Horizontal (Aumento por Mérito)**

Aumento de salário no mesmo cargo, como reconhecimento pelo desempenho ou desenvolvimento profissional do funcionário. Com uma promoção horizontal, o salário do funcionário avança na Faixa Salarial.

#### **Promoção Vertical**

Ocorre uma promoção vertical quando um funcionário passa a ocupar um cargo maior, dentro da estrutura de cargos da empresa, e seu salário passa a ser administrado dentro da faixa salarial do novo cargo.

#### **Carreira Funcional**

Sequência de cargos possíveis de serem ocupados por um profissional, numa escala ascendente pelos diversos níveis da estrutura organizacional, dentro de



### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

uma área funcional (Auxiliar, Assistente, Analista, Supervisor, Gerente, em áreas funcionais como Administração, Produção, Vendas, Marketing).

#### **Carreira Específica**

Conjunto de cargos de uma mesma atividade, em função das crescentes exigências de conhecimentos e amadurecimento profissional (Auxiliar I, II e III, Analista Júnior, Pleno e Sênior, dentro de uma área funcional).

#### **b) política de benefícios**

Nossos empregados são elegíveis a benefícios diversos, de acordo com o cargo, convenção/acordo coletivo ou por nossa liberalidade. Oferecemos aos nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) vale-refeição; (iv) vale-transporte; (v) estacionamento; (vi) cesta básica; (vii) desconto em produtos na loja; (viii) auxílio educação.

Determinados benefícios elencados acima são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico dos empregados, sendo que nem todos os nossos empregados fazem jus a todos os benefícios.

**14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

Não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho, sendo que entendemos que nosso relacionamento com todos os sindicatos dos trabalhadores é muito saudável.

Não somos filiados a nenhum sindicato patronal. No entanto somos associados à Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.- ABIT.

No Estado da Bahia celebramos acordos coletivos.

## **14.5 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>MARA ELIANA CARLETTI ESTEFANO</b>						
405.312.798-04	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
Não						
0	0,000000%	73.656	2,890000%	73.656	1,910000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>MARIA APARECIDA CALDERAN ESTEFANO</b>						
260.658.408-23	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
Não						
0	0,000000%	41.514	1,630000%	41.514	1,080000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>ROMA CONSULTORIA ASSESSORIA E ADMINISTRACAO</b>						
03.532.668/0001-78		Não	Não	24/12/2004		
Não						
25.026	1,910000%	28.376	1,110000%	53.402	1,390000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>SUELI VIZINTAS ESTEFANO</b>						
536.017.428-53		Não		Não		
Não						
	142.619	10,900000%	4.760	0,190000%	147.379	3,820000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>LAWRENCE PIH</b>						
005.680.408-30	BRASILEIRA-SP	Não		Não		
Não						
	0	0,000000%	15.063	0,590000%	15.063	0,390000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>LEBLON PREVIDENCIA M</b>						
11.098.129/0001-09	BRASILEIRA-RJ	Não		Não	21/03/2012	
Não						
	0	0,000000%	5.840	0,230000%	5.840	0,230000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>ATAULFO LCC</b>						
10.475.654/0001-25	AMERICANA	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	17.220	0,680000%	17.220	0,680000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>LEBLON AÇÕES MASTER FIA</b>						
10.346.018/0001-01	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	21.430	0,840000%	21.430	0,840000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>LEBLON EQUITIES PARTNERS FIA</b>						
10.309.567/0001-06	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	39.040	1,530000%	39.040	1,010000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>ROBERTO ESTEFANO</b>						
067.524.468-49	BRASILEIRO	Não	Sim			
Não						
466.264	35,630000%	449.967	17,670000%	916.231	23,770000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>Eduardo Estefano Filho</b>						
067.527.138-04		Não	Sim			
Não						
233.468	17,840000%	349.702	13,730000%	583.170	15,130000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>TRÊS MARIAS INCORP. E CONTRUÇÕES LTDA</b>						
50.918.622/0001-71	BRASILEIRA-BA	Não	Sim	31/12/2010		
Não						
233.743	17,860000%	0	0,000000%	233.743	6,060000%	
<b>PADUCA ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA-EPP</b>						
04.597.242/0001-65		Não	Não	03/11/2005		
Não						
41.640	3,180000%	21.689	0,850000%	63.329	1,640000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Juliana Vizintas Estefano</b>						
264.863.998-56	brasileira	Não	Não			
Não						
55.321	4,230000%	3.800	0,150000%	59.121	1,530000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>BRZ Small Cap Fi de ações</b>						
10.765.194/0001-70	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2016		
Não						
0	0,000000%	94.880	3,730000%	94.880	3,730000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>RIVALE REPRESENTAÇÕES</b>						
56.126.105/0001-46	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
Não						
0	0,000000%	806.782	31,680000%	806.782	20,930000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				



## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>RENATO VIZINTAS ESTEFANO</b>						
224.254.218-40		Não		Não		
Não						
55.321	4,230000%	1.310	0,050000%	56.631	1,470000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>SERGIO VIZINTAS STEFANO</b>						
184.658.288-14		Não		Não		
Não						
55.321	4,220000%	0	0,000000%	55.321	1,430000%	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000%	571.469	22,450000%	571.469	12,960000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
<b>TOTAL</b>						
1.308.723	100,000000%	2.546.498	100,000000%	3.855.221	100,000000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
TOTAL	4.014.040	16,357531%				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>TRÊS MARIAS INCORP. E CONTRUÇÕES LTDA</b>				<b>50.918.622/0001-71</b>	
<b>Eduardo Estefano Filho</b>					
067.527.138-04	Brasileira-SP	Não	Sim		
Não					
1.381.332	100,000000	0	0,000000	1.381.332	100,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
1.381.332	100,000000	0	0,000000	1.381.332	100,000000

**15.3 - Distribuição de capital**

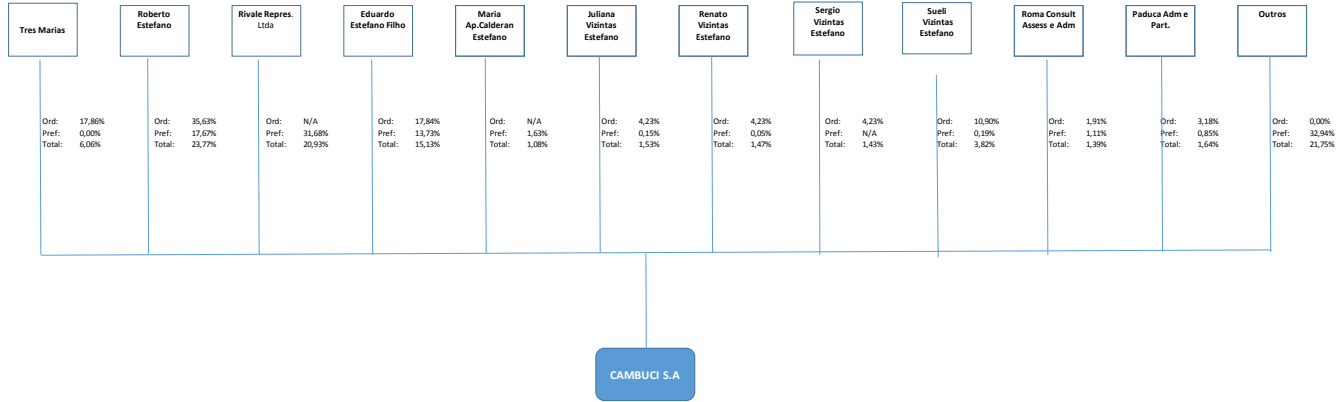
<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	29/04/2014
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	353
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	20
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	16

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	1.308.726	34,000000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	2.546.498	66,000000%
<b>Preferencial Classe A</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	3.855.224	100,000000%

### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Não há acordos de acionista atualmente vigentes dos quais nossos Acionistas Controladores sejam parte ou que estejam agrupados na sede social da Companhia.

**15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais não houveram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle, bem como dos administradores do emissor.

## 15.7 - Principais operações societárias

Para o preenchimento do item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência esclarecemos que foram considerados como Acionistas Controladores os acionistas da Companhia Eduardo Estefano Filho, Roberto Estefano e Três Marias Incorp. e Construções Ltda., em razão de ser o controle exercido diretamente por estes acionistas que detêm, em conjunto, 45,01% das ações de nossa emissão.

Os acionistas da Companhia Eduardo Estefano Filho, Roberto Estefano e Três Marias Incorp. e Construções Ltda. não são signatários de acordo formal de acionistas, não obstante, formam o bloco de controle em decorrência do exercício do controle de fato.

Desde o seu ingresso na Companhia, estes acionistas são titulares de direitos que lhe asseguram a maioria dos votos nas deliberações sociais da Companhia.

Para informações adicionais acerca do controle da Companhia, ver quadros 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

## **15.8 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes



## **16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas não constituímos provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

É prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários. As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em “Partes Relacionadas” são referentes a conta correntes operacionais entre as companhias do grupo. Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação.

Nossos sócios controladores são avalistas e garantidores em determinadas operações de empréstimos e financiamentos realizadas pela Companhia.

Conforme previsto no nosso Estatuto Social, artigo 28, o nosso Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 10% do nosso capital social vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Penalty Argentina S/A.	31/12/2012	8.464.760,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2016 era de 10.113.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2016						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	16.132.548,20	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2016 era de 23.351.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativo em conta corrente						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	4.369.302,13	Não há saldo de contas a pagar com a empresa em 31/12/2016	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2016.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Penalty Chile S/A	09/10/2012	606.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2016 era de 809.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Penalty Chile S/A	31/12/2012	1.135.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2016 era de 2.328.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2014.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Latinline S/A	01/03/2014	366.676,08	O saldo existente a pagar no passivo não circulante em 31/12/2016 era de 32.000,00	nao é possivel aferir	Prazo Înderminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mutuo						
<b>Garantia e seguros</b>	nao aplicavel						
<b>Rescisão ou extinção</b>	nao ha						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	ativo por conta corrente						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Cambuci Importadora Ltda.	31/12/2012	201.466,99	O saldo existente a receber no ativo não cirulante em 31/12/2016 era de R\$ 5.794.000,00	Não é possivel aferir.	indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Era Sports Ltda.	31/12/2014	2.675,42	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2016 era de 65.035,23	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Impar Paraguay S/A.	31/12/2012	1.560.881,34	Não há saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2016	Não é possível aferir.	indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Contrato compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não houve venda de produtos da Companhia para o Paraguay.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido (Reais)</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante (Reais)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses**

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. Não possuímos nenhum mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados devendo transferir à Companhia as vantagens que tiver auferido. Até a data base deste Formulário de Referência, não foi identificada qualquer situação que pudesse ser configurada como uma situação de conflito de interesses e, portanto, não foi necessária a tomada de qualquer atitude relacionada.

**b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial.

Entendemos que nossas transações com partes relacionadas são realizadas em caráter estritamente comutativo com pagamento compensatório adequado.

Nossa administração utiliza-se de critérios razoáveis para estabelecer as condições de nossas operações com partes relacionadas e os pagamentos compensatórios justos, sempre consultando todos os membros de nossa administração e atuais acionistas a respeito.

## **16.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes



**17.1 - Informações sobre o capital social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
28/11/2013	35.635.955,43		1.308.726	2.546.498	3.855.224
<b>Capital social por classe de ações</b>		Outros títulos conversíveis em ações			
<b>Classe de ação preferencial</b>	<b>Quantidade de ações (Unidades)</b>	<b>Título</b>	<b>Condições para conversão</b>		
Preferencial Classe A	2.546.498				
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
05/01/1985	32.340.000,00		12.420.600	24.539.400	36.960.000
<b>Capital social por classe de ações</b>		Outros títulos conversíveis em ações			
<b>Classe de ação preferencial</b>	<b>Quantidade de ações (Unidades)</b>	<b>Título</b>	<b>Condições para conversão</b>		
Preferencial Classe A	24.539.400				

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/11/2013	Ata da Reunião do Conselho de Administração	28/11/2013	3.295.955,43	Subscrição pública	666.667	925.582	1.592.249	4,31000000	2,07	R\$ por Unidade

**Capital social por classe ações****Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe (Unidades)**

PNA	925.582
-----	---------

**Critério para determinação do preço de emissão**

o preço de emissão das novas ações, de R\$ 2,07 por ação, foi fixado nos termos do Art. 170, § 1º, III, da Lei nº 6.404/76, com base na média ponderada por volume de negociação das cotações de fechamento das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), dos últimos 19 pregões realizados no período de 03 de dezembro de 2012 a 04 de janeiro de 2013, inclusive, que se justifica em razão de ser mais vantajosa em relação ao valor patrimonial das ações da Companhia, e se mostra como o critério mais, adequado e justo para permitir a subscrição de ações por todos os acionistas (controladores e minoritários) sem que haja qualquer risco de diluição injustificada

**Forma de integralização**

) A integralização poderá ser feita mediante capitalização de crédito contra a Companhia, devendo os acionistas credores que desejarem subscrever e integralizar as ações a serem emitidas, mediante capitalização de crédito contra a Companhia, se dirigirem diretamente a companhia e os acionistas que subscreverem ações e não forem credores da Companhia ou não desejarem utilizar seu crédito deverão integralizar o preço total das ações à vista em moeda corrente nacional no ato da subscrição, mediante depósito em dinheiro, nos termos do § 2º do Art. 171 da Lei 6.404/76

**17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
<b>Desdobramento</b>						
31/12/2012	12.420.600	24.539.400	36.960.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	24.539.400		PNA	24.539.400	
<b>Desdobramento</b>						
07/01/2013	12.420.600	24.539.400	36.960.000	13.087.267	25.464.982	38.552.249
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	24.539.400		PNA	25.464.982	
<b>Desdobramento</b>						
31/12/2014	12.420.600	24.539.400	36.960.000	13.087.267	25.464.982	38.552.249
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	24.539.400		PNA	25.464.982	
<b>Grupamento</b>						
30/05/2016	13.087.267	25.464.982	38.552.249	1.308.726	2.546.498	3.855.224
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	25.464.982		PNA	2.546.498	

## **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve no período

**17.5 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.

**18.1 - Direitos das ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	0,000000
<b>Direito a dividendos</b>	As ações preferenciais da Cambuci tem direito a serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei 6.404/76, assegurado o dividendo ao menos igual ao das ações ordinárias.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Cambuci, as ações ordinárias da Cambuci são conversíveis em ações preferenciais. A conversão de ação ordinária em preferencial poderá ser feita por solicitação do respectivo titular, desde que com a concordância da maioria dos demais acionistas ordinários em Assembléia Geral, e respeitado o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Qualquer um de nossos acionistas dissidentes de determinadas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se do nosso quadro de acionistas, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no Patrimônio Líquido Contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral, segundo os critérios de avaliação do Ativo e do Passivo fixado na Lei das Sociedades Anônimas. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembléia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembléias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembléias gerais; e (vi) direito a retirar-se da companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. O estatuto social da Cambuci não estabelece condições específicas para alteração dos direitos assegurados por tal.
<b>Outras características relevantes</b>	Não existem outras características relevantes.

---

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe A
<b>Tag along</b>	80,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Igual aos acionista com ações ordinarias, ou seja 25% dos dividendos minimos obrigatorio.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Não
<b>Restrição a circulação</b>	Não

## 18.1 - Direitos das ações

### Resgatável

#### Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Não há.

Outras características relevantes Não há.

---

**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto dos acionistas. Nosso Estatuto Social prevê que o não pagamento de dividendos por 3 (três) exercícios sociais consecutivos confere o direito de voto às ações preferenciais, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos.

Não existem regras estatutárias que obriguem os acionistas a realizar a oferta pública, no entanto, nosso Estatuto Social prevê que as ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias, gozarão do direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas na Lei das Sociedades por Ações.



**18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

**18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**

Exercício social 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	469.500	2,63	1,97	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	572.000	2,25	1,75	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	390.000	1,80	1,42	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	259.000	1,75	1,22	R\$ por Unidade	0,00

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Debêntures simples não conversíveis em ações
<b>Data de emissão</b>	01/08/1998
<b>Data de vencimento</b>	01/08/2001
<b>Quantidade (Unidades)</b>	3.000
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	3.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	2.693.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	<p>Trata-se da emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com garantia flutuante, emitidas em série única ("Emissão"). O Agente Fiduciário das Debêntures Simples é a Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda.</p> <p>As debêntures simples tem prazo de vencimento de 3 anos, contados da data de sua emissão.</p> <p>O pagamento dos juros das debêntures ocorrerá anualmente, sendo que a cada período de capitalização, em data coincidente com o aniversário das debêntures, será paga toda a remuneração relativa ao período de capitalização anterior, calculada sobre o Valor Nominal Unitário - VNU, isto é, será paga toda a variação da taxa ANBID +2 a.a. (dois por cento ao ano). Na falta de divulgação pela ANBID da taxa citada, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósitos mais negociados, para lotes de valor equivalente a 1.000 (um mil) debêntures, obtidas pelo Agente Fiduciário junto às seguintes instituições: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A e Banco HSBC Bamerindus S.A.</p> <p>Para fins de cálculo dos juros remuneratórios decorrentes da Emissão, a base de remuneração será a variação acumulada da taxa ANBID capitalizada de spread de 2% a.a. (dois por cento ao ano), aplicada ao valor nominal unitário. Entende-se como taxa ANBID + 2% a.a., a taxa acumulada de juros calculada com base nas taxas de juros dos CDB's pré-fixados mais negociados, divulgada pela ANBID, acrescida (capitalizada) de um spread fixo de 2% a.a.</p> <p>A Emissora reserva-se o direito de a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal, não amortizado, acrescido da base de remuneração e juros remuneratórios devidos na data de resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas com antecedência de 15 (quinze) dias da data do resgate.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições das debêntures e da Emissão dependerão de aprovação de debenturistas que representem, que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

## 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### **Outras características relevantes**

A escritura de debêntures previu a emissão de até 15.000 (quinze mil) debêntures, mas, em realidade, foram emitidas apenas 3.000 (três mil) debêntures, sendo o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS o único debenturista. Em 04 de setembro de 2000, foi firmado o Adiantamento ao Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples da Companhia que alterou: (i) o pagamento de juros para a data de 01 de agosto de 2000; (ii) a recompra de 200 (duzentas) debêntures por mês a partir de 01 de fevereiro de 2000, até a data de 01 de julho de 2001, ou prorrogando-se até o dia útil seguinte, totalizando 1.200 (mil e duzentas) debêntures, através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira - CETIP e Instituição financeira a ser indicada. A seguir, as 1.200 debêntures serão canceladas pela Emissora; (iii) o resgate do saldo de 1.800 (mil e oitocentas) debêntures se dará em 01 de agosto de 2001, data de seu vencimento. Ficam mantidas as demais condições das debêntures.

---

**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As ações da Companhia são admitidas à negociação no mercado tradicional da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos CAMB3 e CAMB4.

**18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários em negociação nos mercados estrangeiros.

## **18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve no período

**18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros.



**18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

Após o vencimento das debêntures mencionadas no item 18.5, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidos pelo INPC e acrescido de juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

A Companhia vem cumprindo mensalmente a referida obrigação de pagamento, sendo, nesta data, devida 17 (dezesete) parcelas no valor de R\$ 379.956,92 (trezentos e setenta e nove mil , novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos) cada.

**18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Não há ofertas públicas de aquisição.

## **18.12 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes – valores mobiliários

## **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve recompra no período

## **19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve recompra no período

### **19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens e não houve recompra de ações.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

**Data aprovação****30/04/2012****Cargo e/ou função**

A Política de Negociação se destina aos acionistas controladores, diretos e indiretos, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente ("Pessoas Vinculadas"). As obrigações previstas na Política de Negociação são igualmente aplicáveis às pessoas listadas anteriormente e integrantes de sociedades controladas ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente às Políticas de Negociação e estejam obrigados a observância das regras nela descritas.

**Principais características e locais de consulta**

As normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se dêem de forma indireta para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. Entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação.

A Política de negociação tem como objetivo esclarecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia.

As regras da Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

Quaisquer dúvidas acerca das disposições da Política de Negociação, da regulamentação aplicável editada pela CVM ou sobre a possibilidade de se realizar ou não determinada negociação deverão ser esclarecidas juntamente ao administrador da Política que é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

### **Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização**

Às Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia: (a) no período de 15 dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia. No contexto de uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 6 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia.

---



## **20.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

**21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

Exceto pela nossa Política de Divulgação aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012 cujo teor encontra-se descrito no item 21.2 deste Formulário de Referência, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Conforme Instrução CVM nº 358/02, nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”) consiste no estabelecimento de elevados padrões de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e na manutenção do sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Nossa Política de Divulgação foi aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012.

Nossa Política se destina a: (i) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia; (ii) Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante; e, ainda; (iii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia (“Pessoas Vinculadas”).

O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Ato ou Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358/02, visando especialmente assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações.

Desta forma, impedindo o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Os eventos relacionados com o Ato ou Fato Relevante devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas e não em abstrato, de modo a evitar a banalização das divulgações de Atos ou Fatos

Relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado, das perspectivas da Companhia.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá dar-se por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação habitualmente por utilizados pela Companhia, podendo a Companhia optar por realizá-lo de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários a sua compreensão, desde que indique nos anúncios o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às Bolsas de Valores e à SEC. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de emissão da Companhia, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Em relação aos prazos para informar e divulgar, o Diretor de Relações com Investidores deverá, observar, ainda, o que segue: (i) comunicar e divulgar o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) divulgar concomitantemente a todo o mercado o Ato ou Fato Relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de sua emissão, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação.

Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão centralizadas na pessoa do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, que é responsável pela divulgação e comunicação de Ato ou Fato Relevante. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma da Instrução CVM nº 358/02), as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

As Pessoas Vinculadas terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo. Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Em casos excepcionais, que constituam Informação Privilegiada, o Ato ou Fato Relevante poderão deixar de ser divulgados se os Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente os Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores informar ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Ainda que os Administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, é seu dever divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia.

**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo do Ato ou Fato Relevante, cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

Caso a CVM decida pela divulgação do Ato ou Fato relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à Pessoa Vinculada, conforme o caso, que comunique o Ato ou Fato Relevante às Bolsas de Valores e ao público, o Diretor de Relações com Investidores deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358/02.

**21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

## **21.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.